

ENTREVISTA  
Hélio Bicudo

# Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes - SN - Agosto 1996 - Nº 7



Ralo X  
dos Hospitais  
Universitários  
no país



Greve e  
luta política

# Globalização mito e realidade

---

## APRESENTAÇÃO

**H**á um século, um cidadão comum levava um ano para consumir o mesmo volume de informações que atualmente é publicada em uma única edição de domingo dos grandes jornais brasileiros. A Internet encurta distâncias e a informação em tempo real tem mantido a economia mundial constantemente alerta. Variações na bolsa de Tóquio abalam estruturas econômicas na Europa e Estados Unidos, o mesmo acontecendo na América Latina com as variações nas bolsas do México e da Argentina. A globalização, palavra chave do mundo atual, coloca seus tentáculos em todas as áreas e tem sido usada para explicar os principais fenômenos do mundo moderno. A Revista Adusp, com o propósito de analisar esse tema, entrevistou professores da USP. O resultado indica que a globalização esconde importantes facetas. Ao mesmo tempo que ela é apresentada como sinônimo de modernidade, esta edição apresenta o raio X das condições de atendimento e ensino nos principais hospitais universitários do país. Pautada e produzida pela Agência Andes de Notícia, esta matéria mostra que a realidade nos HUs não difere do que é comumente encontrado na rede pública de saúde dos Estados e municípios. Salvo algumas exceções, a maioria dos hospitais universitários encontra-se à beira da falência, funcionando de forma precária. Em alguns casos, numa demonstração de resistência ao desestímulo imposto pelos governos federal e estaduais, professores, residentes e funcionários chegam a se cotizar para comprar luvas, esparadrapo, álcool e outros materiais básicos.

Sobre a urgente necessidade de o Brasil entrar para a modernidade, o ex-presidente Itamar Franco chegou a declarar certa vez: “Como falar em modernidade no Brasil, se não conseguimos resolver os principais problemas sociais”. Aliados ao descaso com a área de saúde, outros dois graves problemas no país são a tortura e a indiferença com os direitos do cidadão. O deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP), entrevistado desta edição, afirma que o Plano Nacional de Direitos Humanos anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso não atende às reais necessidades da sociedade brasileira. Ele analisa, ainda, os casos de torturas que acontecem constantemente nas delegacias brasileiras e diz que a imprensa não é autônoma. “Ela está presa ao poder do Estado. Os grandes jornais são dúbios quando tratam da questão da democracia e da questão da atuação dos órgãos governamentais”.

A Revista Adusp traz, também, artigos dos professores Francisco Miraglia (Instituto de Matemática da USP e ex-presidente da Adusp), sobre a universidade, a greve e a luta política; Osvaldo Coggiola (Departamento de História da USP), sobre o tráfico internacional de drogas, e do ex-presidente do Diap, Ruy Brito, sobre o drama da Previdência brasileira.

#### **DIRETORIA**

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari, Valéria De Marco, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Ozírde Manzolli Neto.

#### **Comissão Editorial**

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone, Francisco Gorgônio da Nóbrega, Jair Borin, Khaled Goubar, Lígia M. Marcondes Machado, Nelson Achcar, Nilza Nunes da Silva, Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi.

Editor: Marcos Luiz Cripa vd

Editoração eletrônica: Luís Ricardo Câmara e Maria Cristina Waligora

Capa: Doriana Madeira (Dmag)

Fotos da capa: Ronaldo de Oliveira/Correio Braziliense e Daniel Ruiz Garcia

Ilustrações: Maringoni

Projeto Gráfico: Dmag - Artes Gráficas

Revisão: Francisco José Mendonça Couto

Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Rogério Yamamoto

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Fotolitos: Bureau Bandeirante

Gráfica: Bandeirante

Tiragem: 6.000 exemplares

#### **Adusp - S. Sind.**

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

Cidade Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos inéditos sejam entregues em disquete e tenham no mínimo dez mil e no máximo vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

# ÍNDICE

6

## **HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS AGONIZAM POR FALTA DE RECURSOS**

*Washington Sidney e Ana Sanches*

18

## **UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

*Maria Ligia Coelho Prado*

21

## **EDUCAÇÃO EM TEMPO DE REFORMA**

*F. C. de Sá e Benevides*

24

## **UNIVERSIDADE, GREVE E LUTA POLÍTICA**

*Francisco Miraglia*

31

## **ENTREVISTA**

*Hélio Bicudo*

38

## **GLOBALIZAÇÃO ESCONDE REALIDADE**

*Hamilton de Souza*

44

## **O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E A INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO**

*Oswaldo Coggiola*

52

## **O DRAMA DA PREVIDÊNCIA: AJUSTAR PARA GANHAR TEMPO E PRIVATIZAR**

*Ruy Brito*

57

## **UM OUTRO OLHAR SOBRE O PROÁLCOOL**

*Fernando Ferro*

60

## **A FAVOR DE MAIS ÉDIPOS**

*Marcos A. da Silva*

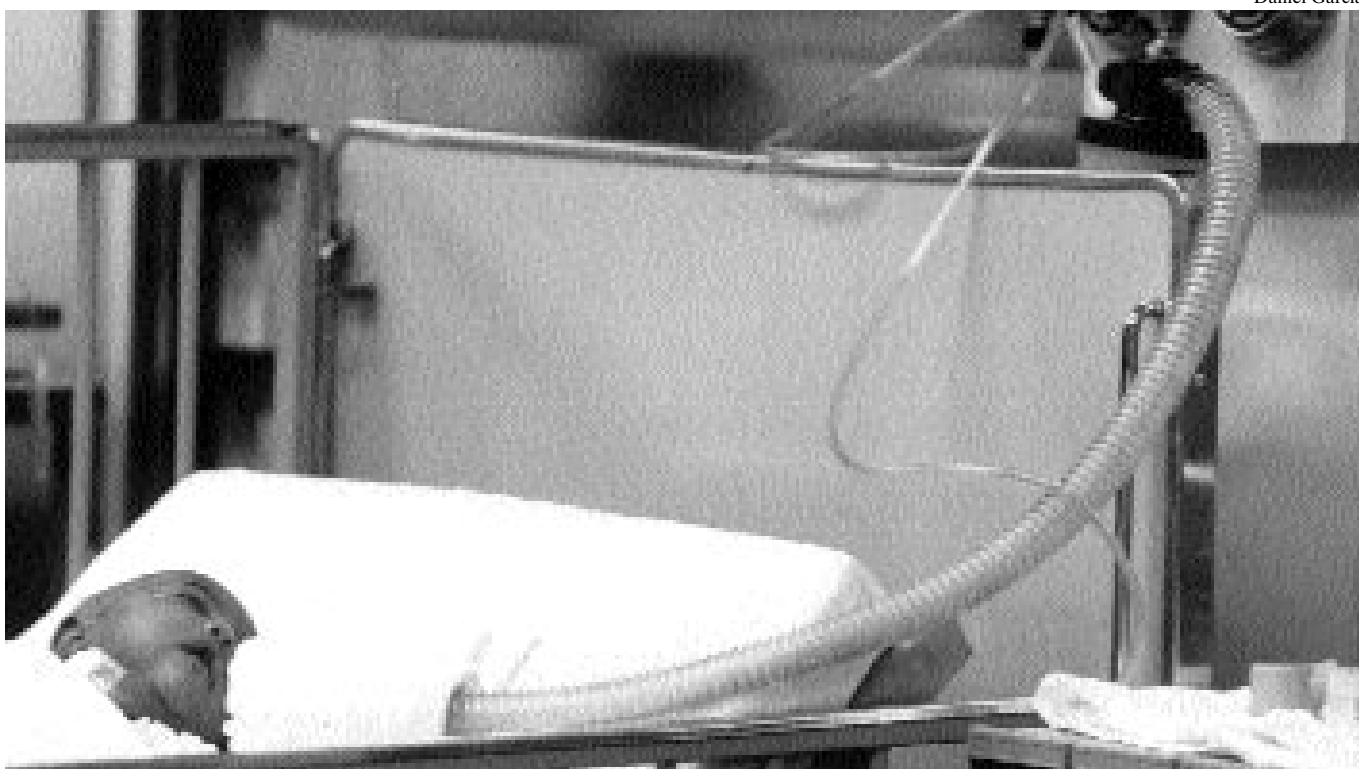
---

# HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

## AGONIZAM POR FALTA DE RECURSOS

Washington Sidney (Agência Andes/DF) e Ana Sanches (SP)

Daniel Garcia



*Os hospitais universitários (HUs), que além do ensino prático de medicina cumprem a importante tarefa de dar assistência gratuita à população de baixa renda, poderiam tornar-se grandes aliados da sociedade na luta pela universalização do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Poderiam, se houvesse efetiva vontade política dos governos federal e estaduais. Salvo raras e honrosas exceções, a maioria encontra-se hoje em estado quase terminal, funcionando de forma precária –em alguns casos à beira do fechamento–, conseqüência do sucateamento da saúde pública e dos baixos investimentos no ensino de nível superior. O diagnóstico é quase sempre o mesmo: os HUs não conseguem sobreviver com as verbas irrisórias repassadas pelo Ministério da Educação, pelos governos estaduais e com as Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs) pagas pelo SUS. As conseqüências são a supressão de leitos, degradação dos equipamentos, quase sempre já obsoletos, perda de profissionais qualificados por causa dos baixos salários e queda da qualidade do ensino.*

**S**uperintendente do Hospital Universitário (HU) desde 1988, o professor Erasmo Magalhães Castro de Tolosa considera bastante razoáveis as instalações e as condições de funcionamento da instituição, que é um órgão complementar da Universidade de São Paulo e realiza quase 40.000 consultas por mês. Professor titular de cirurgia e coordenador do curso de cirurgia, ele explica que o HU é um hospital de médio porte, com 308 leitos, e uma das maiores maternidades de São Paulo, com média de 300 partos realizados por mês. “De maneira geral, nossos pacientes estão satisfeitos”, diz ele. “O hospital tem uma discreta demanda no atendimento clínico e, no cirúrgico, de no máximo 10 ou 15 dias para uma cirurgia sem urgência, prazo equivalente ao dos hospitais particulares.”

Criado há 15 anos com o propósito de abrigar o curso experimental de medicina (em Pinheiros ficaria o curso tradicional), os objetivos a que se destina o Hospital Universitário foram alterados, a partir de 1987, uma vez que o curso experimental acabou sendo abolido antes de ele ficar pronto. A partir dessa data ficou estabelecido, então, que o HU deveria contemplar o ensino, a assistência médica e a pesquisa, atendendo os servidores da USP (docentes, funcionários e alunos) e oferecendo à comunidade do Butantã um programa de assistência médica em nível secundário, excluindo o trauma. Tolosa explica que o atendimento primário é o de pronto socorro, o secundário o de cirur-



*Saguão de atendimento do Pronto-Socorro do Hospital Universitário/USP.*

gias e exames mais comuns e o terciário o que envolve cirurgias e procedimentos mais sofisticados, como cirurgias cardíacas, neurocirurgias, exames de ressonância magnética etc. Quando a população do Butantã necessita de um atendimento do tipo terciário, o HU encaminha para os centros de referência do SUS. Se o paciente é da USP, o HU paga os exames, a internação e as cirurgias necessárias.

Estabeleceu-se também, nessa ocasião, o que ensinar: apenas a graduação de medicina, odontologia, enfermagem, saúde pública e psicologia. “Aqui, quem ensina são os profissionais do hospital, que também trabalham na assistência e na pesquisa. Achamos que um corpo separado de profissionais, uns para ensinar, outros para trabalhar no hospital, daria confusão, e queríamos harmonia. Também não temos residentes, porque isso atra-

palharia a formação dos alunos de graduação”, diz ele.

Outra medida tomada para harmonizar a prática com os objetivos propostos foi a padronização de equipamentos. “Não há laboratórios individualizados de professores”, diz Tolosa, “mas laboratórios que atendem coletivamente as quatro áreas: clínica médica, cirúrgica, pediátrica e obstétrica.” Além disso, o superintendente do HU conta que houve um enxugamento do organograma e a adoção de medidas que imprimiram rapidez de fluxo dentro do hospital. “Havia inchaço, como em todos os hospitais. Eliminamos 146 funções gratificadas. E informatizamos o hospital, privilegiando a área médica e não a administrativa”.

A partir de 1989, segundo o superintendente, o HU passou a funcionar com eficiência. “Em três turnos, rigorosamente controlados com sistema eletrônico e cartão

magnético e horas de trabalho registradas”, informa ele.

Preocupado apenas com os recursos, cada vez mais escassos, Tolosa explica que, enquanto havia inflação, o que o HU recebia do SUS representava 60% do seu custeio, cabendo à USP arcar com os outros 40%. Hoje a situação é totalmente inversa. A USP arca com 86% e o SUS com apenas 14%. “Esse dinheiro vem do ICMS que a USP recebe”, diz Tolosa, “gastando com a saúde da população, que não seria responsabilidade dela.” Assim, embora o hospital funcione com material padronizado, de alta qualidade, seus gastos em inovações não estão consolidados. “A falta de recursos compromete a expansão, o investimento, o que faz temer pelo futuro. Temos renovado só o equipamento essencial.”

O HU atende também 5 *campi* da USP no interior do Estado. Tolosa informa que há, em cada *campus*, um ambulatório de triagem e auditoria. Outros tipos de atendimento são feitos pela Unimed, onde há convênios em São Carlos e Bauru, e pelas Santas Casas, em Pirassununga, Piracicaba e Ribeirão Preto. “O custeio disso é pago com receita própria”, diz Tolosa. “Preciso de 14 recebimentos do SUS para pagar um convênio em São Carlos.”

Mesmo com essas dificuldades, o superintendente do HU diz que os salários (mais acréscimos de plantão) estão todos em dia e que o hospital não tem nenhuma dívida.

### Tragédia de Osasco

Além da questão dos recursos financeiros, informa Tolosa, sua ou-

tra preocupação é com profissionais de imprensa “que publicam notícias sem verificá-las, e podem causar uma anulação de todo o esforço que é feito aqui pelos doentes.” Ele se refere ao episódio da explosão no Osasco Plaza Shopping, ocorrida em 11 de junho, ocasião em que o HU foi acusado de se recusar a atender as vítimas da tragédia. Em consequência da explosão morreram 40 pessoas, 6 tiveram membros amputados e outras 500 sofreram algum tipo de ferimento.

“No dia da tragédia”, conta ele, “a Defesa Civil nos telefonou, solicitando pessoal e recursos, que mandamos para o Hospital das Damas, em Osasco. Sabemos que, dos atendidos na região, sobraram 60 feridos graves, 45 dos quais foram absorvidos pelos hospitais locais. Dos 15 removidos para São Paulo,

## REFLEXÕES SOBRE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO QUE DEVERIA SER ESCOLA

Primavera Borelli

Não discutiremos aqui as questões sindicais como condições de trabalho, salários etc, que envolvem a reitoria da USP, a superintendência do HU e o seu corpo de funcionários. Gostaríamos de fazer algumas reflexões sobre o HU do ponto de vista do professor, responsável pela aquisição, formação e transmissão do conhecimento e de usuário.

Frente à maioria dos HUs do país, o HU da USP pode ser considerado aquele que apresenta infra-estrutura física, equipamentos e recursos humanos, de um modo geral, bem qualificado. Bem, mais isso é o mínimo que se poderia esperar de um Hospital Universitário ligado a uma das maiores universidades do país e que, por sua vez, localiza-se no Estado mais desenvolvido economicamente.

Mas nós queremos mais. Precisamos ir além do que é feito atualmente. Precisamos, por exemplo, ter atuação semelhante à desenvolvida pelo HU da UFRJ, na área de transplantes de medula óssea. Existem recursos financeiros e humanos para tanto. O que nos falta, então? No nosso entender, uma opção clara e concreta da reitoria e da superintendência no sentido de o HU ser um local privile-

giado para o ensino de graduação, especialização e pesquisa. Não só um prestador de assistência médica.

Sabemos que o atendimento de saúde no Brasil é precário e que há uma tendência de que os HUs passem a cobrir essa deficiência, alterando as finalidades para que foram criados. É urgente que se reverta essa situação, e o HU/USP pode e deve fazê-lo. Vejamos o que acontece, no momento, quanto ao ensino, pesquisa e extensão.

O HU foi idealizado como um hospital-escola em que, justamente por não atender uma grande demanda, seria possível implantar parceladamente um serviço que contemplaria e ligaria intimamente a extensão, o ensino e a pesquisa. Adicionalmente, o esquema de gestão proposto na ocasião permitiria a integração multidisciplinar dos alunos e funcionários das diversas áreas da saúde (medicina, enfermagem, farmácia, nutrição, odontologia, assistência social, psicologia), de modo a integrar os conhecimentos, trocar experiências, respeitar as particularidades de cada meio de atuação. Essa filosofia a nosso ver transcende (e transcende) a existência do curso experimental de medicina.

8 foram para o Hospital das Clínicas, 6 para o Jabaquara e apenas um veio para cá, e foi internado. Outros 6 foram atendidos e dispensados, pois não necessitavam internação. Não houve recusa do HU em atender ou internar ninguém.”

Tolosa explica também que o HU normalmente não atende acidentados. “A organização de um hospital de traumas é diferente da nossa”, diz ele. “Nosso alunos têm que ver doenças comuns. Só atendemos traumas ocorridos com o pessoal da USP.”

Dinizete Aparecida Xavier, diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), informa que, segundo relato feito através de carta ao sindicato, os funcionários do HU revoltaram-se com a atitude tomada pela direção do hospital no episódio do atendi-

mento às vítimas do *shopping* de Osasco. Segundo esse relato, ao serem informados da tragédia pela Defesa Civil, eles se prepararam, como é de praxe nos hospitais, para atender às vítimas. Havia sete salas do centro cirúrgico desocupadas e 14 macas disponíveis. Mas o tempo passava e as vítimas não chegavam. Nenhuma das ambulâncias que as transportavam se dirigiram ao HU.

Na carta dirigida ao Sintusp os funcionários dizem que, enquanto os hospitais particulares abriram leitos e mandaram helicópteros, as ambulâncias do HU ficaram nas garagens. Que a equipe de voluntários do HU foi solidária por conta própria. E que o HU internou um único paciente, levado pela família e depois de muita insistência desta, apenas para parecer solidá-

rio às vítimas de Osasco.

No dia 19 de julho, o promotor de justiça Gilberto Martins Lopes, da Primeira Vara Criminal do foro regional de Pinheiros, em São Paulo, requisitou ao delegado da 93ª DP a instalação de inquérito policial para apurar omissão de socorro por parte do Superintendente do HU/USP, Erasmo Tolosa, durante o resgate das vítimas da explosão do Osasco Plaza Shopping. Omissão de socorro é crime previsto no Código Penal, cuja pena é de até seis meses de detenção.

Com uma fratura exposta de tíbia, Josué Gonçalves Pádua, vítima da explosão do *shopping* de Osasco, foi levado por familiares para o HU/USP logo no começo da tarde do dia 11 de junho. Sua cunhada, Maria de Lurdes Santos, que o acompanhou durante todo o tem-

Recordo-me das visitas ao HU durante a sua construção. As expectativas eram grandes frente às possibilidades que se propunham: espaço, infra-estrutura física, quantidade de equipamentos e oportunidade de trabalho multidisciplinar.

O que temos atualmente? Um hospital praticamente convencional, no qual a opção foi e continua sendo pela prestação de serviços. Para torná-lo mais “ágil” e “harmônico” optou-se por um corpo de funcionários independente da estrutura de ensino. Assim, os alunos em nível de graduação, na maioria dos cursos afins, não passam pelo hospital. E a pesquisa? Nas áreas em que trabalhamos é muito pouca, não é inovadora e parece ser esse o panorama geral. O que acontece ao nível do ensino e da pesquisa depende praticamente da filosofia do chefe do serviço e dos funcionários interessados. Não é uma política incentivada (embora não seja, explicitamente, impedida) pela superintendência. Sonhamos e queremos um hospital escola produzindo conhecimento, desenvolvendo novas tecnologias e procedimentos que tragam efetivo desenvolvimento e autonomia científica ao país. Isto é utopia para o HU/USP? No nosso entender há recursos financeiros, espaço físico e profissionais interessados e dispostos a isso; basta que a reitoria e a superintendência revejam a opção adotada que, no momento, não nos leva a lugar algum.

Os HUs não podem e não devem ser substitutos da rede hospitalar. Explicitamente o HU/USP não deve e não precisa sê-lo. O governo de São Paulo, se quiser, tem recursos para investir na área de saúde. Estamos sob o risco de ter um local no qual o ensino e a pesquisa sejam sufocados pela necessidade do atendimento aos pacientes, que, logicamente, não devem ser relegados. O risco, aliás, já é real no HU/USP. Novamente, se formos compará-lo com outros hospitais, as condições são melhores. Mas por que são melhores, se há falta de pessoal, especialmente nas áreas médicas e paramédicas? Se existem aparelhos e equipamentos sobrecarregados por serem em número reduzido? Se existem aparelhos e equipamentos subutilizados por não existirem técnicos para operá-lo? As condições são melhores porque o corpo de funcionários, de todas as categorias, se supera.

É urgente, portanto, que se repense a filosofia de ensino, de pesquisa e de atendimento à comunidade proposta para o HU. Caso contrário, ele até poderá estar bem financeiramente, porém o ensino e a pesquisa não sairão da UTI.

Professora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo e diretora da Adusp.



po, diz que ele foi atendido bem e rapidamente no Pronto Atendimento, onde uma pequena cirurgia foi feita em sua perna. E como seu ferimento era grande e estava muito infectado, os médicos disseram que ele precisaria ser internado.

No entanto, segundo a assistente social que o atendeu, ele não poderia ser internado no HU, porque não era morador da região. Em função disso, a assistente passou a fazer contato com hospitais do SUS que pudessem recebê-lo. Até a noite, não havia conseguido vaga. Começou então uma pressão da família de Josué para que o HU o internasse. Sua alegação era a de que os outros hospitais estavam superlotados, por causa da tragédia, o que demandava a solidariedade de todos. Finalmente, às 9h00 do dia seguinte, o HU internou Josué Pádua.

“Ele ficou 8 dias e foi muito bem tratado por médicos e funcionários”, diz Maria de Lurdes. “Mas foi muito triste ver os médicos todos aguardando, ansiosos, a chegada das vítimas, que através do Resgate nunca chegaram. Foi muito triste ver que um hospital tão bom e com tanta estrutura não se dispôs a ajudar ninguém”.

### Contribuinte Insatisfeito

No momento em que a reportagem visitava o setor de recepção e triagem do HU, o juiz de direito Rubens Rihl passava pelo corredor, empurrando pessoalmente uma maca onde uma moça estava deitada. Tratava-se da empregada doméstica que trabalha em sua casa e que havia sofrido uma queda

da escada. Rihl havia chegado ao hospital cerca de uma hora antes e, nesse período, havia preenchido uma ficha com os dados da moça. Ela fora atendida por um médico, que fizera um diagnóstico rápido e a encaminhara para a ortopedia, onde fora submetida a radiografias. Aconselhado por funcionários, ele resolveu empurrar a maca com a paciente e as radiografias de volta para o médico, pois “assim é mais rápido”. Pelo que observou nas salas de radiografia, nem todas em funcionamento, Rubens Rihl conclui que o Hospital Universitário da USP carece de equipamentos e

de pessoal. Residente no Butantã, é a primeira vez que procura o hospital e, segundo sua opinião, o atendimento do HU parece superior ao dos demais hospitais públicos. “Como contribuinte, no entanto, não estou satisfeito, pois acho que poderia ser ainda melhor”, é sua conclusão.

Duas outras pacientes, que aguardavam ser recebidas pelos médicos, têm opinião mais favorável. Mercedes Aparecida Domingues, de 56 anos, residente no Butantã, usa o HU há 10 anos. Diabética, já fez ali a amputação de dois dedos do pé e sempre considerou o



atendimento ótimo. Nesse dia, chegou ao hospital às 15h00. Preenchera ficha, fora atendida pelo médico, que pediu uma drenagem no pé, e às 16h40 estava sendo chamada para fazer a drenagem.

Rosana Reis Bonoldi, que a acompanhava, também residente do Butantã, diz que toda a sua família usa o hospital para consultas, exames e cirurgias e está satisfeita com o atendimento. “Espera-se só um pouquinho”, observa.

Walter José Fernandes, assistente técnico de direção da superintendência do HU, admite que há algumas vagas de recepção não

preenchidas, por não terem ainda sido liberadas pela USP. E que alguns equipamentos funcionam apenas durante o dia, pois não há funcionários em número suficiente para monitorá-los em tempo integral. Mas não considera que a questão seja grave e afete o funcionamento do hospital.

### Opinião dos funcionários

Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Dinizete Aparecida Xavier não concorda com a opinião de Walter Fernandes. Diz ela: “De maio de 1995 a junho de

Daniel Garcia

96, o HU demitiu cerca de 200 funcionários. Nesse período, houve ampliação de leitos. Os funcionários reclamam que não estão dando conta do trabalho, que têm de se dividir para atender suas unidades mais as outras que foram abertas ou ampliadas”.

Segundo ela, quando um funcionário do HU pede demissão é logo substituído, mas quando é demitido, a reposição demora. “Há falta de funcionários na enfermagem, na clínica médica, na clínica cirúrgica e na UTI de clínica médica”, garante.

E faz duas denúncias: o HU não tem manutenção preventiva adequada nem fornece aos funcionários da manutenção equipamentos de proteção. No ano passado, por falta de manutenção, houve um incêndio na lavanderia do hospital. Neste, por falta de equipamentos de proteção, um funcionário queimou um braço e o rosto ao testar uma caixa de luz. Processos relativos aos dois acidentes estão correndo na Secretaria das Relações do Trabalho.

### Ceará

Símbolo da crise que há mais de 20 anos atinge os hospitais universitários de todo o país, o Walter Cantídio, no Ceará, vive há algum tempo sob constante ameaça de fechamento em função de um déficit financeiro acumulado com os fornecedores que já atingiu a casa de R\$ 1,5 milhão. Vários setores de atendimento ao público foram desativados no início deste ano e muitas operações deixaram de ser procedidas por falta de anestésico, lu-



vas e outros materiais básicos. A emergência do hospital está até hoje desativada por falta de recursos.

Com 239 leitos, 120 consultórios e 5 salas de cirurgia, o Hospital das Clínicas Walter Cantídio atendeu, somente em julho do ano passado, 180 mil pacientes, muitos deles de outros estados do Nordeste, procedendo a 500 internações, 1.099 cirurgias, 15.634 consultas médicas, 29 mil atendimentos de patologia clínica, 651 sessões de hemodiálise, 163 de quimioterapia e 1.547 de fisioterapia, além de 1.940 exames dos mais variados tipos.

Principal formador de recursos humanos em medicina, enfermagem, odontologia e farmácia, em nível técnico, de graduação e de pós-graduação, e com atendimento em todas as especialidades nas áreas clínica e cirúrgica, o hospital enfrenta uma crise cíclica, segundo a médica Terezinha Braga, do Sindicato dos Médicos do Ceará.

“É importante ressaltar que a

crise do Walter Cantídio é uma crise antiga, que vem se arrastando há alguns anos, com períodos de extravasamento em que toda a comunidade universitária se manifesta unitariamente em defesa do hospital exatamente pela função social que ele cumpre, não só do ponto de vista do aprendizado mas principalmente do atendimento à população”, afirma.

### Saúde financeira

“A coisa mais grave que já aconteceu é que, como o Ceará não tinha rede estatal própria, recorria-se a serviços da rede privada. Com o baixo pagamento do SUS, a rede privada, embora não tenha se descredenciado, evita atender os pacientes pobres. E eles vão para o Walter Cantídio, um dos poucos que ainda conseguem funcionar, embora precariamente”, diz o professor Luiz Porto, do Departamento de Cirurgias do hospital.

Por causa disso, afirma, o Wal-

ter Cantídio acaba tendo de prestar atendimento aos casos mais graves, mais onerosos, mais difíceis e que precisam de mais assistência, o que acaba agravando ainda mais a saúde financeira da instituição.

“A hematologia consome quase 30% do custo total do hospital, mas ali é o único local no Ceará em que os pacientes hematológicos podem ser atendidos. Então, em hipótese alguma pode-se pensar em desativá-lo. Pelo contrário, mereceria mais investimentos”, observa Luiz Porto.

O próprio SUS, segundo o professor, contribui para asfixiar financeiramente o Walter Cantídio com algumas distorções. “Há procedimentos implantados lá que poderiam custar menos em termos de tratamento, mas que acabam saindo bem mais caros. É o caso, por exemplo, da colestectomia laparoscópica (retirada de vesícula por um método mais moderno), em que o paciente pode ir para casa no mes-

## RECURSOS DO SUS ALIMENTAM AS FRAUDES NOS HOSPITAIS PRIVADOS

(Washington Sidney-Agência Andes) Além de gastar pouco em saúde pública –duas vezes menos que Uruguai e Argentina e cinco vezes menos que a Costa Rica–, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso aplica muito mal os recursos destinados ao setor.

Somente no ano passado os hospitais particulares consumiram entre 10% e 30% dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) com as mais diferentes modalidades de fraudes, como cobrança de consultas não realizadas, serviços superfaturados e exames complementares em excesso.

A estimativa consta de um relatório de 156 páginas produzido, sob encomenda do Banco Mundial, pelos economistas Cláudio André Czapski e André Cezar Medici, este último na condição de consultor do banco para a área de saúde. Eles chegaram a essa conclusão a partir de um trabalho de mapeamento das principais fraudes praticadas hoje no Sistema Único de Saúde (SUS).

No documento, intitulado Evolução e Perspectivas dos Gastos Públicos com Saúde no Brasil, o diagnóstico dos economistas é preocupante: as fraudes acontecem e se multiplicam porque “falta aos responsáveis pela área de saúde força política para estabelecer as prioridades orçamentárias, que não são definidas em função dos interesses sociais, mas dos interesses de grupos particulares organizados”.

Eles afirmam, no documento, que uma aliança entre administradores de hospitais oportunistas e uma máquina administrativa imobilista tem impedido que o governo federal adote procedimentos que poderiam reduzir significativamente as fraudes no setor. Isso significa que as fraudes são o resultado da combinação de dois problemas: a falta de um sistema adequado de fiscalização e controle e a defasagem dos valores pagos aos prestadores do SUS.

Até hoje, segundo técnicos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), órgão ligado ao Ministério

mo dia. Mas o SUS só paga se o paciente passar no mínimo cinco dias no hospital”, afirma.

Segundo ele, o diretor da unidade tem dito aos médicos e funcionários que as despesas estão sendo equilibradas, mas a Johnson & Johnson se recusa a fornecer novos materiais mesmo no caso de pagamento à vista. Só retomará o fornecimento quando o hospital quitar a dívida que mantém com a empresa.

“O que acontece, em função desse atraso de pagamento, é que o hospital muitas vezes se vê obrigado a comprar materiais a preços extorsivos. Isso porque as empresas que estão com dinheiro por receber não fornecem, e a solução é comprar no mercado pelo preço que for oferecido”, acusa.

No fim do ano passado, estudantes e médicos residentes do Walter Cantídio fizeram uma greve de protesto contra o descaso do governo com o hospital. Tiveram

audiência com o ministro da Saúde, Adib Jatene, durante visita que este fez ao Ceará. Na ocasião, Jatene teria dito que o problema não era de seu ministério.

Ao ouvir dos grevistas que o hospital cobria um déficit de atendimento no setor de saúde pública do Ceará e de outros estados do Nordeste, o ministro se limitou a dizer que isso era uma coisa contingencial e que, com a regulamentação do ICMS, a rede privada assumiria o atendimento dos pacientes mais graves, desafogando o hospital.

### Brasília

Um paciente chegou infartado há três meses na emergência do Hospital Universitário de Brasília (HUB) e não conseguiu internamento por falta de leito. Deu sorte de esbarrar com a funcionária Lúcia de Fátima Farias, que, na ausência de uma ambulância, transferiu-o no próprio carro para o Hospital de Base.

A sorte do paciente, na verdade, foi bem maior. Se tivesse conseguido o internamento no HUB poderia ter morrido de calor e falta de ar, pois as salas de reanimação e cirurgia são fechadas, escuras e sem ventilação e os respiradores mecânicos estão quebrados.

Se desse o azar de encontrar uma das duas ambulâncias disponíveis para a transferência naquele momento –situação pouco provável diante do aumento crescente de demanda da população da região do entorno do Distrito Federal–, só respiraria o vento que entrasse pelas janelas do carro. Os veículos não estão equipados com aparelhos de oxigênio.

Aliás, por causa da falta de um respirador mecânico na emergência do HUB (existem dois quebrados), recentemente um médico teve de fazer respiração boca-a-boca num paciente que chegou passando mal ao hospital.

Asfixiados, na verdade, estão

do Planejamento, não foi feito nenhum levantamento capaz de registrar números confiáveis sobre o volume global das fraudes.

Mas se for considerada a estimativa dos economistas, o desperdício na saúde (investimento sem retorno) no ano passado ficaria em torno de R\$ 2 a R\$ 6 bilhões, dinheiro suficiente para reequipar e tirar da crise financeira os hospitais universitários federais. Ao todo, foram investidos na saúde, no ano passado, R\$ 20 bilhões.

Para se ter uma idéia das fraudes que se avolumam enquanto o ministro da Saúde, Adib Jatene, empreende uma *via crucis* no Congresso para aprovar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), só no Rio de Janeiro a Polícia Federal abriu, em abril deste ano, 267 inquéritos contra hospitais conveniados, dando início à maior investigação já realizada na gestão do SUS no estado.

Os inquéritos, abertos com base em auditoria feita pela Procuradoria Geral da República em 290 hospitais, estão sob a responsabilidade do delegado Matheus Casado Mar-

tins. Os responsáveis pelas fraudes causaram, só no ano passado, um desvio de R\$ 90 milhões nas verbas destinadas pelo Ministério da Saúde ao estado.

As fraudes na cobrança de Autorizações de Internação Hospitalar envolvem praticamente todos os hospitais de grande porte do Rio, entre eles o Sousa Aguiar, no Centro, e o Miguel Couto, na Gávea. A Polícia Federal havia aberto um único inquérito para apurar todas as fraudes, mas acabou por desmembrá-lo para evitar que um provável envolvimento de políticos leve todo o processo para fóruns especiais de julgamento.

No Maranhão, investigação promovida por 13 auditores também constatou que fraudes como superfaturamento, excesso de internações, consultas e manipulações de prontuários se tornaram rotina em quase todos os hospitais particulares conveniados ao SUS. A auditoria foi entregue ao ministro Adib Jatene e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Se for instaurado, o processo administrativo pode resultar no descredenciamento de seis hospitais.

todos: o hospital por falta de recursos, os pacientes pela precarização do atendimento, os estudantes pela queda da qualidade do ensino prático, a Universidade de Brasília, que administra o hospital e não tem verba nem para pagar serviços básicos como limpeza, e os médicos, enfermeiros e funcionários técnico-administrativos pela sádica combinação de excesso de trabalho e baixos salários.

Do lado de fora do hospital o quadro não é diferente. Por causa da insuficiência de médicos especialistas, quase sempre se pode testemunhar, no início da manhã, pacientes dormindo na fila à espera de atendimento. Ou então, nos casos mais graves, deitados em macas aguardando a desocupação de leitos.

Em novembro do ano passado houve um dia em que, por causa da greve dos médicos em Brasília, cerca de 3 mil pessoas fizeram fila na porta do hospital para a marcação de consultas e atendimento de emergência. Nesse mesmo dia, por não suportar mais a pressão, uma médica pediu as contas. “Não vim aqui para ver as pessoas morrerem por falta de atendimento”, teria desabafado, segundo os funcionários.

### **Pronto-atendimento**

O caso da médica que se demitiu não é isolado. Com salários baixíssimos –em torno de R\$ 600,00– e enfrentando uma jornada de trabalho de 18 horas semanais, que acaba sempre extrapolada por causa do acúmulo de pacientes, os mé-

dicos da emergência estão deixando o hospital. Os funcionários calculam que 10% deles já saíram de lá desde o início do ano.

“Isto aqui é uma verdadeira coberta de pobre. O ambulatório não dá vazão à demanda, o que leva as pessoas a lotarem a emergência. O resultado disso é que a emergência, sem condições de funcionar como tal, está virando uma espécie de pronto-atendimento”, afirma a funcionária Lúcia de Fátima Farias, o anjo-da-guarda do paciente infartado transferido para o HBB.

Eleita recentemente para a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social do DF (Sindprev), Fátima afirma que a emergência do hospital não dispõe no momento de neurologista e ortopedista e há poucos cardiologistas, o que acaba causando falhas na escala e comprometendo o atendimento.

Planejado e construído para proceder a 200 internações e 2 mil consultas por mês, o HUB se transformou, ao longo dos últimos anos, num depósito de pacientes. A demanda cresceu assustadoramente em função da migração provocada pela política de assentamentos do ex-governador Joaquim Roriz, e o hospital mantém a mesma estrutura da década de 60, quando foi fundado. Em março deste ano, registrou 1.050 internações e 3 mil consultas.

“A verdade é que o hospital veio assumindo novas atribuições com o mesmo tamanho. Cresceram as internações e não houve ampliação de sua capacidade ope-

racional. Os recursos humanos e a falta de definição de investimentos são, hoje, os maiores problemas. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, em 1990 havia 1.482 servidores trabalhando aqui, quadro reduzido hoje para 745”, afirma o diretor do HUB, Elias Tavares de Araújo.

Lotados no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), esses servidores, por sinal, deverão representar, em futuro próximo, mais um complicador no difícil histórico do hospital. A previsão do diretor Elias Tavares é de que a maioria deles venha a entrar na Justiça reivindicando direitos trabalhistas.

O mais dramático é que, do ponto de vista desse pessoal, o HUB ficou na seguinte situação: ruim com eles, pior sem eles, pois o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), embora conhecendo a grande redução do quadro de funcionários, não autoriza contratações. “Nem adianta fazer concurso”, diz o diretor.

Tendo como única fonte de arrecadação as Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs) pagas pelo SUS, que correspondem em média a R\$ 640 mil por mês, o hospital só consegue acumular, além de demanda de pacientes, déficits financeiros.

“No ano passado tivemos uma defasagem de R\$ 1,1 milhão entre o faturado e o repassado pelo Ministério da Saúde. Isso aconteceu porque o atendimento ultrapassou o teto financeiro. Mas não podemos deixar de atender as pessoas por causa da falta de dinheiro”, desabafa o diretor.

Ronaldo de Oliveira/Correio Braziliense



**Pacientes na enfermaria do Hospital Universitário da UnB.**

Segundo ele, o SUS está repassando ao hospital, atualmente, R\$ 2,04 por consulta, R\$ 3,47 por ecografia de gravidez e R\$ 3,40 por internação. “Como se pode manter internada uma pessoa com R\$ 3,40 dando seis alimentações ao dia, medicamentos, material médico-hospitalar e ainda pagar honorários médicos?”, questiona.

Construído pelo antigo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado (Ipase), no início da década de 60, o Hospital Universitário de Brasília (HUB) tem uma história cíclica de acumulação de demanda por atendimento e de redução do quadro de servidores. Não é à toa, portanto, que se tornou um velho depósito de pacientes.

O primeiro incremento de demanda aconteceu pouco depois que o hospital foi inaugurado, quando se transformou em Hospital dos Servidores da União (-HSU) e, através de acordo com o DASP, se viu obrigado a prestar atendimento a todos os funcionários públicos da Administração Direta e Indireta de Brasília.

Extinto o Ipase, em 1978, o hospital começou a ser gerido pelo Inamps, que passou a utilizá-lo no atendimento a toda a clientela de segurados da Previdência Social. Foi o segundo incremento de demanda, sem que o HUB recebesse qualquer investimento para ampliação da estrutura física e de material humano.

Em 1980, o Ministério da Previdência Social firmou contrato de comodato com a Universidade de Brasília (UnB). Cursos como Nutrição, Enfermagem, Educação Física e até Arquitetura e Agronomia passaram a ser apoiados pelo hospital. Chegava-se assim ao terceiro aumento de demanda, pois além do atendimento à saúde dos segurados da Previdência o hospital ainda apoiava as ações de ensino e pesquisa da UnB.

O fim do regime de comodato acabou em 1990. Através de um contrato de cessão de uso, a UnB passou finalmente a gerir o hospital. Só que sem dinheiro para tanto. Nessa época, o HUB tinha 1.482 servidores dos quadros do ex-Inamps, que mantinha ainda contratos de terceirização com 490 prestadores de serviço.

Segundo o atual diretor do HUB, como a universidade não ti-

nha recursos, rescindiu todos esses contratos e passou a contratar pessoas físicas sem concurso público, o que acabou resultando na queda da qualidade do serviço. Por conta da saída em massa de servidores do antigo Inamps do hospital, o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) teve de alocar para lá, no ano passado, 689 funcionários de outros órgãos.

O quarto e último aumento de demanda aconteceu a partir de 1988, com o atendimento de toda a clientela do SUS associado à explosão demográfica do Distrito Federal.

“É um quadro difícil. O governo tem feito promessas de investir dinheiro no hospital e ampliar o quadro de funcionários, mas de 1994 para cá nenhuma se concretizou. O resultado disso é a constante evasão de quadros, o sucateamento dos equipamentos e o crescente endividamento”, afirma o diretor do Hospital da Universidade de Brasília.

Ele admitiu que são freqüentes a formação de filas de atendimento na porta do hospital e a existência de pessoas deitadas em maca esperando a desocupação de leitos. A justificativa é a mesma de médicos e funcionários: falta de investimentos. “Hoje temos 280 leitos quando poderíamos ter 400. Temos um andar completamente vazio porque os leitos não foram ativados. Há um projeto para a reforma desse andar, mas infelizmente faltam recursos.”



**Centenas de pessoas na fila do HU/UnB para marcar consultas.**

### Soluções

Salve-se quem puder. Esse é o desafio que vêm enfrentando nos últimos tempos os hospitais universitários, último baluarte do Sistema Único de Saúde (SUS). Para sobreviver aos déficit financeiros acumulados ao longo dos anos e à dependência de financiamento estatal, eles estão recorrendo a tudo, desde os *lobbies* junto às bancadas federais de seus estados para a inclusão de emendas ao orçamento da União até a formação de convênios com prefeituras e empresas privadas.

Comprimidos pelas pressões acadêmicas por uma prática de ensino de qualidade, pelas pressões sociais (excesso de demanda) e pela falta de interlocutores, os hospitais universitários começam a colocar em prática duas novas estratégias de sobrevivência: a busca de

soluções imediatas para os problemas estruturais no nível regional e a formação de movimentos de conscientização para a manutenção da universidade pública e seus financiamentos.

A nova estratégia foi definida nos dias 16 e 17 de maio deste ano, durante reunião dos diretores de hospitais universitários em Brasília. O evento contou com a participação de dirigentes dos diversos segmentos da área acadêmica, dos ministérios da Saúde e da Educação e do Conselho Nacional de Saúde.

“O hospital universitário tem uma grande missão social e precisa ser protegido porque senão a própria sociedade o mata por excesso de demanda. E com isso mata também a qualidade da assistência e a qualidade da formação de recursos humanos”, alerta o médico Carlos César Silva de Al-

buquerque, presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino.

Segundo ele, duas coisas ficaram claras no encontro: falta aos reitores uma preocupação especial com os HUs, um dos setores que melhor cumprem o papel da universidade moderna de servir à sociedade, e uma definição mais clara da relação dos três níveis de governo com o SUS.

“Não podemos mais ficar só na dependência de uma solução federal. Temos de procurar o diálogo local, pelo menos como ação imediata, até que se consiga definir melhor quem é responsável pelo quê dentro de um hospital nesta sua inter-relação com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, estados, municípios e sociedade”, afirma Albuquerque.

Ele considera que a última reunião da associação representou um grande avanço do ponto de vista da mudança de mentalidade dos diretores de hospitais. Antes, afirma, eles só se reuniam para se queixar da falta de financiamento, do sucateamento dos equipamentos, dos baixos salários e do excesso de demanda. No último encontro, foram discutir soluções e idéias para reverter o quadro.

“Outra coisa que acho importante é que também se discutiu o sistema nacional de saúde. Já não é mais de um lado o SUS e de outro as empresas, os municípios e os estados. E a tendência dos diretores de hospitais é que essa discussão não se restrinja mais ao SUS, não se limite mais ao sistema estatal, mas que se estenda ao

## EM BH, CONVÊNIO COM A PREFEITURA

**(Washington Sidney-Agência An-des)** Há oito anos sem receber qualquer tipo de investimento e com o repasse de verba do SUS atrasado desde dezembro, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais encontrou na prefeitura petista de Patrus Ananias o aliado certo para superar as dificuldades acumuladas há anos e ampliar sua capacidade de atendimento.

Convênio assinado este ano com a prefeitura garantirá ao hospital uma verba de R\$ 3 milhões, dinheiro que será aplicado na instalação de 150 leitos, ampliação do CTI de sete para 25 leitos e construção de cinco salas de cirurgia, informou o diretor Juarez Oliveira Castro.

“O Hospital das Clínicas, a exemplo dos demais hospitais universitários, passou por uma crise financeira muito grande e esteve em vias de fechar no ano passado. Não tinha dinheiro sequer para comprar coisas básicas, como esparadrapo e medicamentos. Diante dessa crise, a prefeitura propôs esse convênio para a abertura de um serviço de emergência, que até então o hospital não tinha”, afirma Fabiano Gonçalves Nery, presidente da Associação Mineira dos Médicos Residentes (Amimer).

Na avaliação dele, o convênio é

uma tábua de salvação para o Hospital das Clínicas, diante da crise generalizada dos hospitais universitários. “Uns estão fechando, outros tendo de fazer campanhas de doações. Essa foi uma boa alternativa, pois, além de sair da crise, o hospital terá sua capacidade de atendimento ampliada”, comemora.

### Sergipe

Com um déficit mensal em torno de R\$ 15 mil –gasta R\$ 100 mil com atendimento e recebe cerca de R\$ 75 mil do SUS– o Hospital Universitário de Sergipe também conseguiu um bom aliado para superar o quadro de dificuldades: a bancada federal sergipana na Câmara.

Graças a uma emenda apresentada ao orçamento da União, com apoio do deputado Marcelo Déda (PT-SE), o hospital receberá R\$ 1 milhão este ano dinheiro que, segundo o diretor Osman Calixto Silva, deverá ser utilizado na construção de um centro de formações que inclui biblioteca e auditório, de um laboratório de técnica operatória, e na Unidade de Terapia Intensiva. A emenda previa R\$ 3,2 milhões, mas foi reduzida em função dos cortes feitos pela bancada governista.

sistema nacional de saúde, o que não quer dizer privatização”, afirma Albuquerque.

Ele admite que alguns hospitais universitários estão recorrendo aos grandes grupos de medicina privada para manter alguns setores em funcionamento e alerta que a situação dessas unidades tende a se agravar se medidas concretas não forem tomadas a curto prazo para tirá-los da crise financeira.

“Sem a CPMF, sem uma reformulação global da política de saú-

de, sem uma definição mais clara de quem é quem no sistema e com quem se negocia, a tendência dos hospitais universitários é muito complicada. Temos de atender tudo, desde a dor de barriga até a Aids. Os outros, bem ou mal, estão tentando se ajustar, mas nós não podemos fechar porque somos públicos. Nem recusar pacientes. Talvez essas soluções locais possam temporizar um pouco enquanto se busca a luz no fim do túnel”, diz. **RA**



# UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Maria Ligia Coelho Prado



**A** questão do ensino superior pago ou gratuito, ao lado do papel do Estado na educação, tem suscitado debates candentes, relacionados com os problemas de modernização, de racionalização dos recursos e de eficiência

do funcionamento das universidades, em especial das universidades públicas. Muitas das soluções para esses impasses apontam o ensino pago e o crescente afastamento do Estado de suas responsabilidades sobre o ensino superior como a única salvação. Neste ponto das discussões, comumente, os Estados Uni-

dos são invocados como exemplo a ser seguido. Enfatiza-se a excelência de suas universidades, mostrando sutilmente que tal nível deve-se, basicamente, a seu sistema de escolas privadas. Em torno desses temas criaram-se diversas falácias. Este artigo é sobre algumas delas.

Para começar, é preciso entender alguns aspectos do funcionamento do ensino de terceiro grau nos Estados Unidos. De maneira geral, está diretamente relacionado às especificidades da sociedade americana, responde às necessidades do mercado de trabalho, oferecendo escolas com diversos graus de qualidade e exigência, desde os *community colleges* (escolas de dois anos de duração, em áreas pobres) até as universidades mais conceituadas. O controle estatal se apresenta radicalmente descentralizado e a competitividade entre as escolas é intensa. Todos os alunos pagam, curseem estabelecimentos públicos ou particulares. Entretanto, as instituições privadas não são entendidas como empresas que visam reproduzir seu capital, e correr em busca de lucros, como qualquer negócio.

Analisemos, por exemplo, o orçamento da Universidade de Stanford, uma das maiores, mais importantes e mais caras universidades privadas norte-americanas. O orçamento consolidado para o ano escolar de 1991/1992 foi de US\$ 1 bilhão em números redondos. Os custos diretos e indiretos com pesquisa estavam estimados em US\$ 349 milhões, mais US\$ 138 milhões para sustentar o acelerador linear. Os fundos do governo federal pagavam mais de 90% desses custos, significando 43% da receita total. As anuidades dos alunos somavam US\$ 175 milhões, isto é, aproximadamente 17% do total. Para cobrir os demais gastos, as fontes eram doações de particulares, rendas do patrimônio, propriedades e patentes.

A primeira conclusão a ser extraída da análise desse orçamento é a importância central dos recursos federais para a pesquisa. No Brasil, existe uma falsa idéia de que, nos Estados Unidos, a pesquisa é financiada pelas empresas, que mantêm uma ligação umbilical com as universidades. Sem dúvida, há empresas que financiam pesquisas em determinados campos específicos de seu interesse, mas a pesquisa básica, em ciências e humanidades, se desenvolve nas universidades, com o apoio insubstituível do Es-

tado. No paraíso do neoliberalismo, o Estado continua “intervindo”, proporcionando condições financeiras para a sustentação da pesquisa acadêmica. Sem esse apoio não há pesquisa e não há universidade séria em qualquer país do mundo.

O outro ponto interessante diz respeito ao pagamento de anuidades; como vimos, elas não atingem nem 20% (esta é a regra geral para qualquer universidade paga), da receita arrecadada, portanto, uma parte minguada do total. Com o agravante de que as anuidades de uma grande universidade – Yale, Stanford, Harvard, Columbia – são altíssimas, mesmo para os padrões norte-americanos, pois estão na casa dos US\$ 20 mil. Numa universidade estadual pública, o aluno paga entre US\$ 6 e 8, isto sem contar os gastos com alojamento, alimentação e livros. Daí os programas de empregos nas universidades, e as bolsas e empréstimos, garantidos pelo governo federal, tanto aos alunos das escolas públicas, quanto das particulares.

Para se avaliar a extensão do programa americano de bolsas, vamos a alguns dados. Em 1993, 5 milhões de estudantes tinham empréstimos do governo federal, o que significava quase 40% do total de alunos. Os números completos a respeito dos empréstimos realizados são difíceis de pesquisar, mas pode-se avaliar sua importância tomando um dado recente sobre as dificuldades que os formandos vêm encontrando para pagar suas dívidas. No ano fiscal norte-americano de 1992, ex-alunos que contrataram empréstimos durante seus anos de estudos deixaram de pagar quase US\$ 3 bilhões aos cofres públicos. (*New York Times*, 7 de fevereiro de 1993.)

### Brasil

Passando ao Brasil, o ensino superior possui características bem diversas das norte-americanas, que podem ser assim resumidas: controle estatal centralizado, padrões homogêneos na estruturação de cursos e reformas do ensino pensadas de maneira uniforme para todo o território nacional. A competitividade entre as escolas superiores brasileiras é bastante restrita, pois todo o sistema está organizado de maneira a não alimentá-la.

Outra radical diferença diz respeito às escolas de

ensino privado. Com exceção dos estabelecimentos confessionais, como as PUCs, elas se organizam como empresas, com fins lucrativos imediatos. Nos Estados Unidos, não se negam outros interesses em jogo, como prestígio, *status* ou influência política. Mas nunca prevalece a visão estreita que, no Brasil, pretende transformar um “dono” de universidade num empresário de sucesso.

As críticas constantes às universidades públicas brasileiras insistem na necessidade do afastamento parcial ou completo do Estado de suas funções tradicionais. Porém, nos Estados Unidos, como vimos, o Estado se constitui no suporte mais sólido de sustentação da pesquisa e da qualidade de ensino.

Quanto à implantação do ensino pago como o “*deus ex machina*” da educação superior brasileira, vale lembrar que a porcentagem das anuidades no orçamento global de uma universidade norte-americana é bastante pequena e que existe um enorme aparato de ajuda aos estudantes mais pobres através de empréstimos e bolsas do governo federal. No Brasil, mesmo aqueles que advogam o ensino pago nas universidades públicas, admitem ser fundamental a criação de um sistema de bolsas, o que implicaria, obviamente, a organização de uma burocracia para atender seu funcionamento. Para montá-lo, seriam necessários investimentos públicos significativos, o que diminuiria bastante –provavelmente em 10%– a receita advinda do pagamento das mensalidades dos alunos. Em suma, toda a pretendida salvação através do ensino pago estaria reduzida a uns míseros 7% do total do orçamento.

No entanto, é possível afirmar que, mesmo não resolvendo os problemas, esta pequena parcela ajudaria a manter o ensino público de terceiro grau. Para responder a esse argumento, é necessário pensar a universidade dentro do contexto mais amplo da sociedade e da cultura brasileiras. O Brasil é um país pobre e sua população vem sofrendo, nas últimas décadas, um rebaixamento ainda mais forte de seu poder aquisitivo. Em segundo lugar, o número de alunos em estabelecimentos pagos é já superior –60% contra 40%– ao daqueles que não pagam. Estou certa de que o ensino pago transformará a universidade brasileira, que, no presente, já se destina a uma mi-

norria da população, em uma instituição ainda mais fechada e menos democrática. No Brasil, 11,3% da população entre 20 e 24 anos está matriculada em escolas de terceiro grau, enquanto na Argentina esta porcentagem sobe para 36,4%, no Uruguai para 35,8%, e na Venezuela para 26,4%, para tomarmos exemplos latino-americanos, segundo dados levantados por Simon Schwartzman.

Os alunos da USP são o exemplo sempre invocado como a “prova” mais evidente de que o ensino deve ser pago nas universidades públicas, pois todos os estudantes teriam condições materiais para tanto. Em primeiro lugar, na USP, há alunos de todas as classes sociais, inclusive um número elevado de estudantes com baixíssimo poder aquisitivo. Basta uma visita aos muitos cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para que se comprove tal afirmativa. Além disso, não se pode reduzir o debate aos alunos de uma única universidade brasileira. A USP não representa o Estado de São Paulo e, muito menos, o Brasil.

Para concluir, ao analisar os problemas do ensino superior brasileiro, é fundamental levar-se em conta a história de suas instituições e a dinâmica da sociedade da qual fazem parte. Estabelecer comparações exige muitos cuidados, entre eles o de não restringir tal exame a escolhas arbitrárias de um que outro elemento que compõe sistemas complexos, para aplicá-lo ao Brasil. O ensino pago, nos Estados Unidos, se enquadra dentro de um sistema muito diferente do brasileiro, e, entre outras especificidades, conta com mecanismos que garantem minimamente o acesso –mantido pelos recursos do Estado– de parte significativa da população à educação superior. No Brasil, a adoção do ensino pago nas universidades públicas ampliará as dificuldades que os jovens brasileiros encontram, já no presente, para cursar escolas de terceiro grau. A retirada do Estado, ainda que parcial, do campo do ensino superior, conduzirá, com toda a certeza, a um rebaixamento geral da qualidade de ensino, à destruição da pesquisa e à ruína de um patrimônio público tão sofridamente construído.

---

*Maria Ligia Coelho Prado é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo.*

# EDUCAÇÃO EM TEMPO DE REFORMA

F. C. de Sá e Benevides



**T**alvez nunca antes tenham sido publicados tantos artigos tratando da educação como nos últimos meses, abordando os mais diversos temas. Todavia, neles não temos visto preocupações com categorias estruturais. A preferência se debruça sobre o conjuntural, que, sendo de importância sem dúvida, não oferece perspectivas de soluções orgânicas. E isso se

deve à falta de visão estratégica do ensino para um projeto nacional de desenvolvimento. Por tal razão, fica-se no domínio do óbvio: sem educação não temos desenvolvimento.

Estamos, passados sessenta anos, praticamente na mesma situação, ou talvez pior, que aquela exposta por Anísio Teixeira, em *Educação para a Democracia*: “A escola que veio para solucionar problemas tornou-se, ela própria, um problema”. Isso nos leva a admitir, inclusive no

exame das matérias publicadas, que há um certo pudor de se mergulhar no fundamental: a análise crítica dos comportamentos individuais e institucionalizados, que nos forçaria a rastrear tais comportamentos até os recônditos do inconsciente coletivo e aí apreender os arquétipos culturais, que resistem à ligação entre o pensar (propósitos) e o agir (realizar), caracterizando um processo de fuga ao reconhecimento de responsabilidades. Fuga que leva a racio-

nalizações dissimuladas na tendência de adoção de modelos forâneos, os quais levam à sensação de participarmos de um mundo visualizado como sendo superior.

Tais comportamentos, que passam do indivíduo para as instituições, têm como resultante o mal aproveitamento e desperdício de recursos materiais já escassos e a corrosão dos recursos humanos disponíveis, lesando a eficácia dos esforços despendidos. Daí, o paradoxo: pensamos numa educação avançando na direção do desenvolvimento com a construção da cidadania, mas, prisioneiros dos arquétipos culturais de dependência e parasitismo coloniais, nos debatemos em soluções pelo convencional, que obstaculizam aquele avanço. Paradoxo que desvia da percepção da causa, que não está na escola em si, como estrutura organizacional materializada, e sim na cultura, na mentalidade conservantista, próprias de uma sociedade estamental com suas prebendas oligárquicas.

Portanto, qualquer proposição que ameace esse *status quo* e possa solucionar o paradoxo é ostensiva ou dissimuladamente rejeitada. Neste último caso, em meio a um discurso erudito, a começar pela negativa em admitir que a administração (pública ou privada) é uma categoria cultural, no que esta tem de hábitos, costumes e visão societária, antes de ser uma categoria técnica, que é parte da cultura. Nisso se inclui o convencionalismo

federalista, para determinar que isto é competência da União, isso dos estados e aquilo dos municípios, sem o que não prospera o caciquismo e o compadrio, fundamentos das conciliações de bastidores e das barganhas do poder, que nos amarram aos citados parasitismo e dependência coloniais, que nos afastam do essencial: uma educação sistêmica, capaz de dar organicidade à ação, garantindo-lhe a continuidade de execução.

Nesse cenário, sem espaço para a educação como categoria estratégica, do ponto de vista geopolítico, têm-se projetado, por isso mesmo,

***Pensamos numa educação avançando na direção do desenvolvimento com a construção da cidadania, mas, prisioneiros dos arquétipos culturais de dependência e parasitismo coloniais.***

equívocos e inadequações de mensagens de soluções, como as de natureza regionais e até municipalizantes, que alargam a brecha da desintegração nacional e ampliam os espaços para as forças do conservantismo retrógrado, que convêm aos poderes externos, porque facilitados ficam os processos condicionadores de nosso desenvolvimento à feição desses poderes. Isso porque se deixa sem conclusão a política da unidade nacional, iniciada no Império, e se cavam os canais da alienação pelos meios de comunicação de massa, instrumentos dos referidos poderes. Aliena-

ção estimulada, por outro lado, pela radicalização do individualismo mais grosseiro da ética pragmática.

Coincidindo com a temática da regionalização e da municipalização (há montada verdadeira indústria de criação de municípios), sugere-se “uma educação sem tutela”. Um modelo ambíguo além de irracional, que revela desconhecimento do que seja administração de tutela, necessária à formulação descentralizadora, para desempenhar papel de intermediação entre a administração superior e a administração de linha ou executiva, a fim de liberar aquelas funções de programação, planejamento, normatização e análise de resultados para correções de desvios, e a segunda inteiramente voltada ao atendimento direto e imediato das clientelas externas em relação aos objetivos fixados. Portanto, a administração

de tutela ou intermediária se dedica à missão de apoio às atividades de linha em âmbito regional, de modo a manter integrada e interagente a clientela interna da instituição. Logo, o equívoco do comentarista resulta da colocação do sistema administrativo em termos ideológicos de poder político do Estado em termos partidários.

Um outro especialista escreveu sobre a participação dos alunos em eleições para cargo de reitor como sendo expressão mais alta de democracia e cidadania. Assim sendo, deveria ter incluído todo o pessoal administrativo. A propos-

***Uma coisa é a escola, principalmente a de nível superior e técnica industrial de grau médio, ser uma unidade de produção material e de serviços, e outra coisa é fazê-la entrar no jogo concorrencial disputando mercado, ou pondo-se a serviço de empresas privadas financiadoras de projetos.***

ta pode ser simpática, mas deixa de considerar a qualidade como variável independente da função de reitor, dado que deve ele ser um administrador, que difere do técnico, a começar pela capacidade de assumir riscos, não exigível neste. De outra parte, o administrador deve ter visão generalista, produto da cultura, que é mais do que conhecimento ou erudição. Liautey dizia que o administrador era o técnico de idéias gerais, o que sugere sabedoria; isto é, intuição e capacidade de discernimento para ligar o particular ao universal e reciprocamente. Os pensadores orientais, entre eles Lao Tseu, faziam bem a diferença entre conhecer e saber.

Outro articulista levantou a questão da competitividade como meta a ser perseguida pela universidade, padrão de Primeiro Mundo, mas deixou de lado o fato de que os resultados até agora não indicam que a crise da cultura lá foi superada. Ao contrário, se aprofundou. Isto demonstra a inadequação de se trasladar para o ensino conceitos de mercado, sobretudo na economia de computadores, como classificou o professor Doyle, de Harvard, referindo-se ao jogo desenfreado do capital volátil, perfilando uma economia sem lugar para o homem na voragem do lucro e da vantagem.

Uma coisa é a escola, principalmente a de nível superior e técnica industrial de grau médio, ser uma unidade de produção material e de serviços, e outra coisa é fazê-la entrar no jogo concorrencial disputando mercado, ou pondo-se a serviço de empresas privadas financiadoras de projetos. A esse respeito o sociólogo Wright Mill, em *Imaginação sociológica*, referindo-se às aproximações das empresas privadas com as universidades norte-americanas, para execução de projetos específicos de interesse empresarial, deixou claro que isso resultava em ingerências suspeitas, próximas do suborno.

Foi dito em outro artigo que, levando-se em consideração a composição de nossa estrutura social e os determinantes da mobilidade social e da renda, a par de melhoria do ensino de segundo grau, dever-se-ia facilitar o ingresso nas universidades. O autor propôs que 89% obedecesse ao critério de exame vestibular e 20% ao critério de avaliação de desempenho. Isto, para que se mantivesse ascendente o fluxo de estudantes para o ensino de nível superior, certamente porque é do consenso que sem ciência e técnica não temos condições de acompanhar a modernidade. O autor condenava, aliás com razão, a ênfase que se está dando ao ensino

fundamental, para minimizar a importância do ensino superior, sem, entretanto, atentar pra a questão estratégica antes levantada e relações de poder.

Se o que se quer é um sistema educacional que contemple a sociedade como um todo, não há que se colocar a questão em termos de preferências, mas sim de maneira orgânica e totalizante em suas seqüências possíveis, sem perder de vista que o ensino superior é fundamentalmente um ensino de formação de elites. Não confundir isso com elitismo, como está ocorrendo. E nessa perspectiva não se pode, com vistas à qualidade, simplesmente tomar medidas de facilitação de ingresso na universidade, sem, concomitantemente, se possibilitar sua freqüência sem preconceitos sociais, a fim de permitir ao trabalhador que estuda tirar os proveitos advindos dos cursos superiores.

Parece que o que ficou dito é suficiente para se entender a necessidade de fazer um corte vertical no ensino, para, exibindo-lhe as entranhas, adequá-lo às necessidades do desenvolvimento nacional como base de um projeto nacional: que defina o que queremos ser e por que meios ser o que pretendemos.

*F. C. de Sá Benevides é articulista do Jornal do Comércio (RJ).*

## UNIVERSIDADE, GREVE E LUTA POLÍTICA

Daniel Garcia

*Nos últimos nove anos, a USP esteve em greve em quatro ocasiões: em 88, em 91, em 94 e em 96. A questão mais freqüente em toda campanha salarial está relacionada à conveniência de se fazer a paralisação. O professor do Instituto de Matemática e ex-presidente da Adusp, Francisco Miraglia, analisa, neste artigo, a questão da greve como instrumento de luta em defesa da Universidade e das condições de vida e trabalho de professores e funcionários. Ele analisa, ainda, a greve no setor público. Segundo ele, está claro que o movimento paredista neste setor pode ter um papel importante em um país como o Brasil. “O essencial é travar a luta política, pois são decisões políticas que determinam salários aviltantes e destruição dos serviços públicos essenciais”, afirma Francisco Miraglia. Para ele, lutando contra salários aviltantes, contra a destruição de serviços essenciais à população, contra a sonegação de impostos e a falta de democracia nas relações entre Estado e Sociedade, representamos um importante pólo de luta.*



Iremos discutir aqui a questão da greve como instrumento de luta em defesa da Universidade e das condições de vida e trabalho de professores e funcionários. A greve de professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, realizada no primeiro semestre deste ano, foi mais uma oportunidade para que fossem reiteradas tanto dúvidas sobre a adequação desta forma de luta quanto a necessidade de busca de outras formas de luta. Tornou-se mais freqüente a opinião de que a greve é ineficiente, sempre derrotada e que, no fundo, só prejudica o corpo da Universidade. Penso justamente o contrário: a greve é o instrumento mais eficiente de luta coletiva. Por isto mesmo, há razões fortes para considerar que a maioria delas foi vitoriosa, trazendo benefícios de muitas ordens para o corpo da Universidade.

Há anos atrás era freqüente ouvirmos a argumentação de que a greve no setor público era essencialmente ineficiente pois não acarretava perdas econômicas ao patrão ou dono. É interessante que este tipo de argumentação desapareceu do cenário político do movimento de servidores públicos. Para mim continua tendo certa importância, porque foi procurando saber se o argumento era ou não válido que pude entender o papel da greve no setor público. A primeira constatação é de que o argumento reduz o poder de pressão de qualquer categoria ao prejuízo monetário que pode causar ao seu opositor. E a pressão e o prejuízo político, não devem ser levados em conta? Não faz parte das nossas tarefas a defesa dos serviços públicos e do exercício pleno da cidadania?

A greve no setor público significa a substituição de tarefas, com os servidores passando a assumir, com decisão e prioritariamente, a defesa dos serviços públicos essenciais como saúde, educação e justiça. Esta defesa se constrói através de atos políticos de grande escala e da denúncia do descaso dos dirigentes dos organismos do Estado para com os interesses maiores da população. Lutando contra salários aviltantes, contra a destruição dos serviços públicos, contra a sonegação de impostos e a falta de democracia nas relações entre o Estado e a sociedade, representamos um polo de luta organizada e socialmente significativa, contra a política de privatização dos ganhos e socialização das perdas, que continua a caracterizar o modo como o poder ins-

titucional e a classe dominante tratam as questões sociais no Brasil. Está claro, portanto, que a greve no setor público pode ter um papel importante em um país como o nosso. Está claro também que de nada adianta apenas parar de fazer o nosso trabalho cotidiano. O essencial é travar a luta política, pois são decisões políticas que determinam salários aviltantes e a destruição dos serviços públicos essenciais. Quando detratores do movimento, tanto no governo quanto na mídia, usam o tom de acusação para dizer que a greve “é política”, agem para tentar desqualificar justamente o que o movimento tem de mais significativo e poderoso.

Os arautos do fim da história e da luta popular devem estar surpresos com os movimentos de greve que despontam em toda a Europa ocidental. Estes movimentos lutam contra o sucateamento dos serviços públicos, a desregulamentação das relações de trabalho e a desobrigação do Estado com educação, saúde, justiça, infra-estrutura e garantias individuais contra o desemprego. A enorme greve dos servidores públicos franceses no final de 95 — com enorme apoio popular — mostra bem os caminhos que são necessários trilhar na defesa de alguma democracia social.

Poder-se-ia concordar com a pauta de luta expressa acima e ao mesmo tempo perguntar se só a greve cumpriria estes objetivos. Poder-se-ia responder com a história das nossas lutas desde 1979: sem greve nunca conseguimos nada. A conquista da autonomia em 1989, o reajuste mensal de salários, o aumento progressivo da dotação das universidades estaduais de 8,4% para 9,57% do ICMS líquido de São Paulo são alguns exemplos de vitórias importantes.

Esta resposta não é inteiramente satisfatória, pois, se devemos ter sempre presente as lições da história, devemos também ter a perspectiva de pensar prospectivamente o futuro. Poderia, em princípio, existir alternativa de luta que não passasse pela greve, sendo capaz de exercer pressão de forma mais constante sobre o poder institucional. Na realidade, existem obstruções estruturais à alternativas. Senão vejamos.

O Brasil se caracteriza pela ausência de instrumentos de influência continuada sobre qualquer estamento do poder institucional. Ou seja, não há democracia social no Brasil. Paralelamente, desenvolveram-se em todas as esferas sociais dois modelos de



procedimento, um para o exercício do poder e o outro, mais recente, para pautar a conduta individual.

O modelo para o exercício do poder é uma forma tipicamente autoritária e tecnocrática de exercer a hegemonia social. Só empresários bem-sucedidos e seus representantes políticos sabem, fruto de uma “escolha pelo destino”, o que é bom para todos. Aos anseios de mais democracia, responde-se com o mesmo discurso feito pela velha nobreza fundiária às vésperas das revoluções, especialmente a francesa, que conduziram a burguesia ao poder na sociedade: o que será de nós se a massa ignara puder opinar? Como para os antigos donos do poder, nós, os meros mortais, devemos permanecer fora da discussão de políticas e metas, sendo considerados apenas como mão-de-obra em potencial e jamais como cidadãos de pleno direito.

Este modelo recomenda ainda que toda base da pirâmide de poder seja submetida à humilhação constante. A população brasileira é humilhada cotidianamente, por falta de comida, educação, saúde, transporte, emprego e dos direitos sociais mais elementares. Todos sabemos qual é a atitude de governos em relação aos servidores públicos. Na Universidade não é diferente. Em vez de prestigiar seus docentes e funcionários, assistimos a processos de avaliação originários de uma concepção produtivista do trabalho intelectual, que dá pouco ou nenhum valor ao ensino e à extensão de serviços à comunidade. Ninguém esqueceu a famigerada “lista de improdutivos”, ataque vil ao corpo docente da USP, perpetrado por Goldemberg e Cia. O objetivo desta tática é óbvio: desqualificar toda oposição, desestruturar a capacidade de reação de quem não exerce o poder. A sensação de impotência que sobrevém a muitos de nós é uma consequência desta articulação de procedimentos agressivos e totalitários.

O novo mito de procedimento pessoal é um individualismo exacerbado, que nega valor a qualquer forma de articulação social que não seja com aqueles considerados da mesma “tribo”. Esta forma de individualismo está estreitamente associada a duas concepções, que são instrumentos da alienação, da dominação e da exploração do trabalho. A primeira é que só o mercado tem significado social e histórico, não a luta pela garantia de vida digna para todos.

Transforma-se “o outro” em “o concorrente”. Não há responsabilidade social pela dignidade humana, apenas a incompetência ou inadequação do “outro” a “novas formas produtivas”. A segunda é a desqualificação da noção de solidariedade, instrumento histórico de construção da liberdade social, que é necessariamente coletiva. Pretende-se, isto sim, garantir a liberdade de alguns à custa de todos.

Na presença desta forma de individualismo e da conseqüente falta de organização coletiva permanente, o padrão imperial, autoritário e arrogante de exercício de poder que vemos em todos os níveis dobra-se só momentaneamente ao que foi ganho em árdua luta por sindicatos e organizações populares. Um exemplo contundente é a Constituição de 1988. Os mais de 100 artigos que envolvem direitos sociais jamais foram regulamentados, significando, na prática, a sua cassação. Arquitetava-se o momento propício para rasgar a Carta de 88, para desmontar o projeto de construção de cidadania para todos que poderia ser disparado pela regulamentação da Constituição de 1988.



*Passeata de professores e funcionários das três estaduais*

### Está pior que no tempo do PFL explícito!

Na realidade a truculência dos governos federal e estaduais aumentou consideravelmente com o tempo. Temos hoje perseguição de funcionários, desrespeito ao direito legítimo de greve e ameaças de todo tipo. Basta lembrar o tratamento dispensado pelo governo FHC à greve dos petroleiros, aos trabalhadores sem-terra e à greve dos servidores federais. A indisposição para a negociação e o diálogo aumentaram muito. O tratamento típico é o que foi dispensado a professores e funcionários das universidades federais, indignados com a proposta de reajuste zero (!) na data-base: des-caso, agressão e cassação de direitos. Bem pior do que a triste memória que tínhamos do tempo de Marco Maciel como ministro da Educação e Everardo Maciel como secretário do Ensino Superior. Há coisas no entanto que permanecem as mesmas: o carinho no trato de banqueiros e da frente ruralista; o descaso com a saúde, a educação e a justiça; a conivência com a sonegação e a evasão fiscal. Continua também a promoção

Daniel Garcia



paulistas na Unicamp, durante a campanha salarial de 96.

da desinformação: os servidores públicos e os aposentados são os responsáveis pelas mazelas do país e não a ditadura e o PFL; o dinheiro dado aos bancos, via Proer, é dos próprios bancos, quando na realidade é dinheiro de depósito da população, guardado no Banco Central para segurar a taxa de juros.

### Será que na Universidade é diferente?

Se há diferença entre o padrão de exercício de poder na sociedade e na Universidade, é para pior. O reitor da USP, por exemplo, age como imperador, faltando a compromissos assumidos publicamente e descumprindo deliberações do seu Conselho Universitário. Registre-se que o Estatuto da USP não prevê a figura do *impeachment*. O reitor da Unicamp patrocina a perseguição e a punição de funcionários, desrespeitando o direito de greve.

Os reitores das universidades estaduais recusam-se a publicar balancetes mensais de receitas e despesas no *Diário Oficial do Estado*, regra mínima de transparência na gestão de entidades públicas. Por iniciativa das entidades representativas de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, em diversos anos foi apresentada emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no sentido de obrigá-los a esta providência elementar. Nunca uma destas emendas foi aprovada pela Assembléia Legislativa.

Está claro para quem vive o cotidiano da Universidade quanto o individualismo de mercado é incentivado pelas administrações centrais. A luta estratégica em defesa do patrimônio que é a Universidade pública fica sem importância, é tachada de ineficaz. Torna-se chique privatizar o patrimônio público. Estabelece-se a urgência de, utilizando o prestígio social que esta instituição ainda confere, apropriar o maior pedaço possível do Produto Interno Bruto brasileiro para a respectiva “tribo”.

Assim, enfrentamos nas universidades estaduais os mesmos inimigos da democracia e das políticas públicas que na sociedade em geral. Enfrentamos a mesma conjuntura adversa à ação coletiva em defesa de condições dignas de vida e trabalho. Temos as mesmas dificuldades para conseguir manter nossas conquistas. Portanto, a análise geral feita acima é adequada para

dar conta dos instrumentos de luta que temos à nossa disposição na Universidade. Um exemplo concreto poderá ilustrar o caso geral.

### Uma análise da greve de 94

Já presenciei muitas avaliações negativas da greve das universidades estaduais de 1994. Em particular são comuns declarações no sentido de que não ganhamos nada de concreto com aquele movimento. Lembrando que aquela foi uma campanha de data-base, seria importante entender por que esta é a impressão de muitos, já que uma análise fria dos fatos mostra ganhos claros, tanto políticos quanto salariais.

Em meio àquela campanha foi realizado debate na *Folha de S. Paulo*, entre o Fórum das Seis e as reitorias. Os reitores, embora no auditório, foram representados por membros da administração universitária, considerados por eles como técnicos em assunto de ICMS e salários. Só aí já se caracteriza a tentativa de tratar uma questão política como se fosse técnica. Além disso, os reitores tentavam preservar a sua imagem pública: sabem que não podem discutir estes assuntos em pé de igualdade com as entidades representativas. Assim, se alguma bobagem aparecer do lado das reitorias, podem sempre responsabilizar os seus representantes. O debate caracterizou-se pela insistência das entidades de que as reitorias não podiam aceitar estimativas grosseiramente erradas da Secretaria da Fazenda para a evolução do ICMS, comprometendo o funcionamento das Universidades e os salários de professores e funcionários. As entidades declararam publicamente qual sua estimativa para o mês de junho/94, cerca de 25% maior que a defendida pelas reitorias. Os fatos comprovaram que estávamos certos. A diferença foi paga a todos os professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp no mês de julho/94, como abono de 18% sobre o salário de junho do mesmo ano.

Os reitores aprenderam com a experiência: durante um ano não houve reunião do Cruesp

com o Fórum das Seis. Jamais responderam a insistentes pedidos de reunião, nem à proposta do Fórum para resolver o impasse sobre a maneira de calcular o salário real na passagem para o real (lembrem-se da polêmica sobre 6,95% ou 30,75% em junho/94?).

Paralelamente, professores e funcionários tiveram, no período de maio/94 até maio/95, particularmente a partir novembro/94, o maior salário real dos últimos tempos. Além disso, mesmo depois do Plano Real, continuávamos com reajustes freqüentes, muito embora não fossem mais mensais como antes. A tabela abaixo fornece exemplos de reajustes e salário real de um professor doutor (MS3) neste período, medido pelo ICV-Dieese.

Para manter este ganho e não perder a possibilidade de reajustes periódicos, o Fórum das Seis convocou docentes e funcionários para a campanha de data-base de maio/95, ponderando que a falta de mobilização iria permitir aos reitores voltar atrás na política de reajustes periódicos e promover o arrocho salarial. Não houve mobilização massiva e todos sabemos o que aconteceu: um ano sem reajuste e a proposta irrisória de 7,63% em maio/96. No rastro da nossa desmobilização, os reitores cancelaram, sem satisfações e de forma arbitrária, o reajuste mensal conquistado em 88. Em dezembro/94, as reitorias foram tão longe quanto mudar o método de confecção das planilhas sobre as quais discutíamos, passando a utilizar o critério de “fluxo de caixa”, no lugar do de “regime de competência”, que eram usuais. Com este truque, sumiram da receita de 94 cerca de 13 milhões de reais, correspondentes a dinheiro que deveria ser pago em 94, mas que as universidades receberam

<b>Reajustes de salário de um MS3</b>		
Maio/94=100		
<b>Mês</b>	<b>Reajuste (%)</b>	<b>Salário Real</b>
<b>Setembro/94</b>	<b>9,04</b>	<b>95,64</b>
<b>Outubro/94</b>	<b>5,00</b>	<b>97,24</b>
<b>Novembro/94</b>	<b>14,58</b>	<b>108,50</b>
<b>Fevereiro/95</b>	<b>3,50</b>	<b>101,92</b>
<b>Março/95</b>	<b>10,86</b>	<b>107,84</b>
<b>Mai/95</b>	<b>10,00</b>	<b>109,17</b>



*Após passeata, manifestantes ocupam o Monumento às Bandeiras, no Ibirapuera, em defesa da escola pública.*

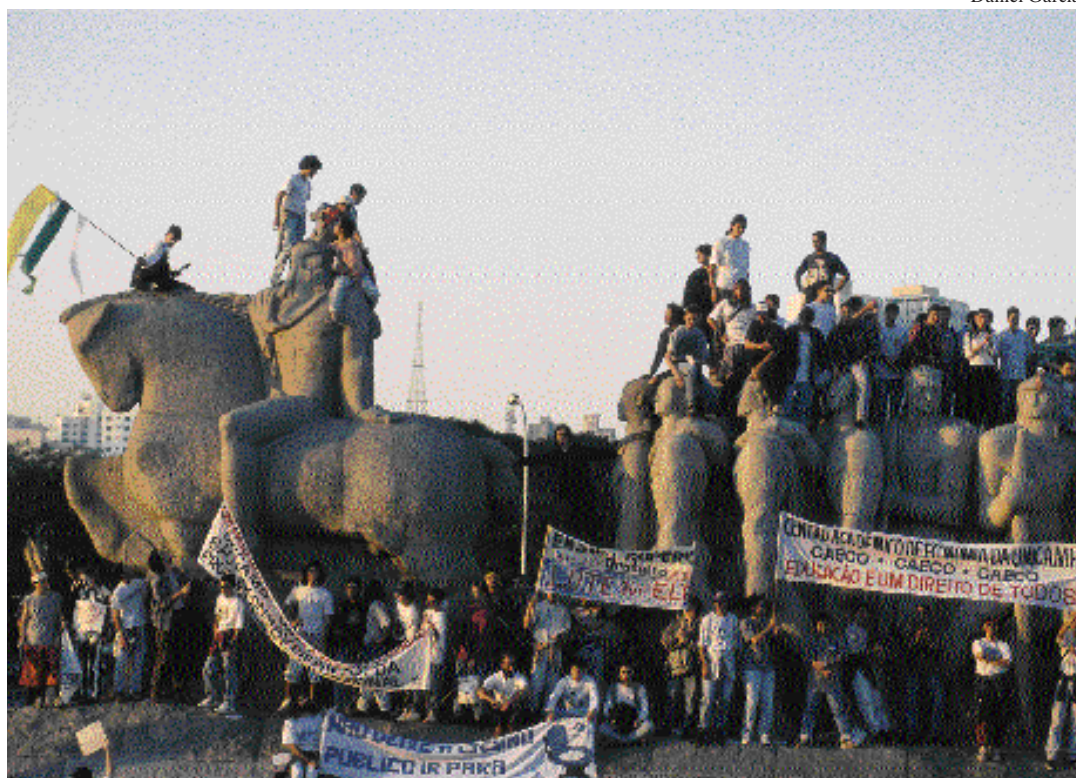
em janeiro/95. Só assim, ou seja, mudando as regras no meio do jogo, o Cruesp conseguiu “mostrar” que tinha gasto 85% da sua receita fiscal acumulada com salários em 94. Na realidade foi menos, e estavam nos devendo, por compromisso público veiculado inclusive em jornais de grande circulação, cerca de 14% de reajuste salarial em dezembro/94. O Fórum das Seis insistiu, cobrou, mandou ofício. Sem mobilização de massa, os reitores se permitiram ouvidos de mercador e faltaram com palavra empenhada publicamente.

### **A luta pela democracia é essencial!**

Fica evidente que não podemos continuar com dirigentes que são, na melhor das hipóteses, representantes do governo na Universidade. É imperioso que os diri-

gentes universitários tenham compromisso com a defesa das condições de vida e trabalho do corpo da Universidade. Não é mais possível a continuidade desta atitude imperial, que desrespeita a todos e a ninguém deve satisfação. É necessário democratizar o exercício do poder na Universidade, para evitar aberrações como as que temos assistido nos últimos anos. Pelo menos acordos e palavra públicos precisam ser respeitados. As entidades vêm há muito lutando pela democratização da estrutura de poder na Universidade. Nunca esta luta foi tão atual. Na USP o problema é particularmente grave, já que seu Estatuto é consideravelmente mais autoritário e retrógrado que o das outras estaduais. Sem democracia, a autonomia da Universidade é simplesmente a autonomia da administração de plantão de fazer o que bem entende. Não lutamos anos a fio para que oligar-

quias controlem a Universidade pública ao seu bel-prazer, nem vamos sustentar este tipo de autoritarismo e irresponsabilidade. Na campanha de data-base de 96 tivemos que assistir a mais um episódio de falta com a palavra do Cruesp. Durante toda a greve diziam que conversariam após a votação da LDO na Assembléia Legislativa, propondo o dia 10 de julho/96 como data adequada para



a negociação salarial. O Fórum dirigiu-se à sede do Cruesp, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, no dia e hora combinados. Não havia lá reitor algum, apenas o segundo escalão da administração das três universidades, sem proposta alguma, sem nenhuma autoridade para negociação salarial. Seria ótimo se cada docente e funcionário da USP, Unesp e Unicamp considerasse estas atitudes como uma afronta!

Numa sociedade como a nossa é essencial valorizar os espaços públicos de discussão e deliberação política. Sempre considerei a atividade sindical central em meus afazeres, pois era um dos poucos — senão o único — espaços democráticos de debate das questões gerais e específicas da Universidade. Nunca considerei a ação institucional como superior àquela construída fora do aparelho burocrático, pois a arquitetura do sistema institucional brasileiro tem as características autoritárias analisadas acima. Ao priorizar o institucional sobre a ação do movimento social organizado, estaria cometendo o equívoco de castrar a minha contribuição para onde está, de fato, a energia transformadora na nossa sociedade. É inegável que seria importante termos capacidade e organização para sustentar pressão permanente sobre o poder institucional. A participação ativa na vida política e sindical seria um

passo importante nesta direção. Se, por exemplo, tivéssemos assembleias gerais massivas com regularidade, poderíamos evitar que nos fossem tomados salário e condições dignas de trabalho, ganhos na luta de docentes e funcionários. Um pouco de envolvimento de cada um no trabalho político cotidiano pode significar muito para evitar que direitos sejam perdidos e para garantir que prospere a construção da democracia social no Brasil. Além disso, se travássemos a luta de forma organizada e constante no tempo, talvez não tivéssemos que recorrer a greves tão longas, quando não fosse necessário. Embora reconhecendo a importância de criar mecanismos estáveis de pressão e reivindicação, é forçoso reconhecer também que a nossa atmosfera social dificulta enormemente a construção destes instrumentos. Mesmo com estas dificuldades, não podemos jamais desistir de aumentar a nossa capacidade instalada de mobilização, de trabalhar para vê-la crescer. Enquanto esta capacidade não se torna fato político, a greve, fruto de indignação socialmente legítima, permanece o único instrumento efetivo de luta coletiva, tanto em defesa das nossas condições de vida e trabalho quanto dos serviços públicos essenciais, sem os quais não há possibilidade de exercício da cidadania para a maioria dos brasileiros. RA

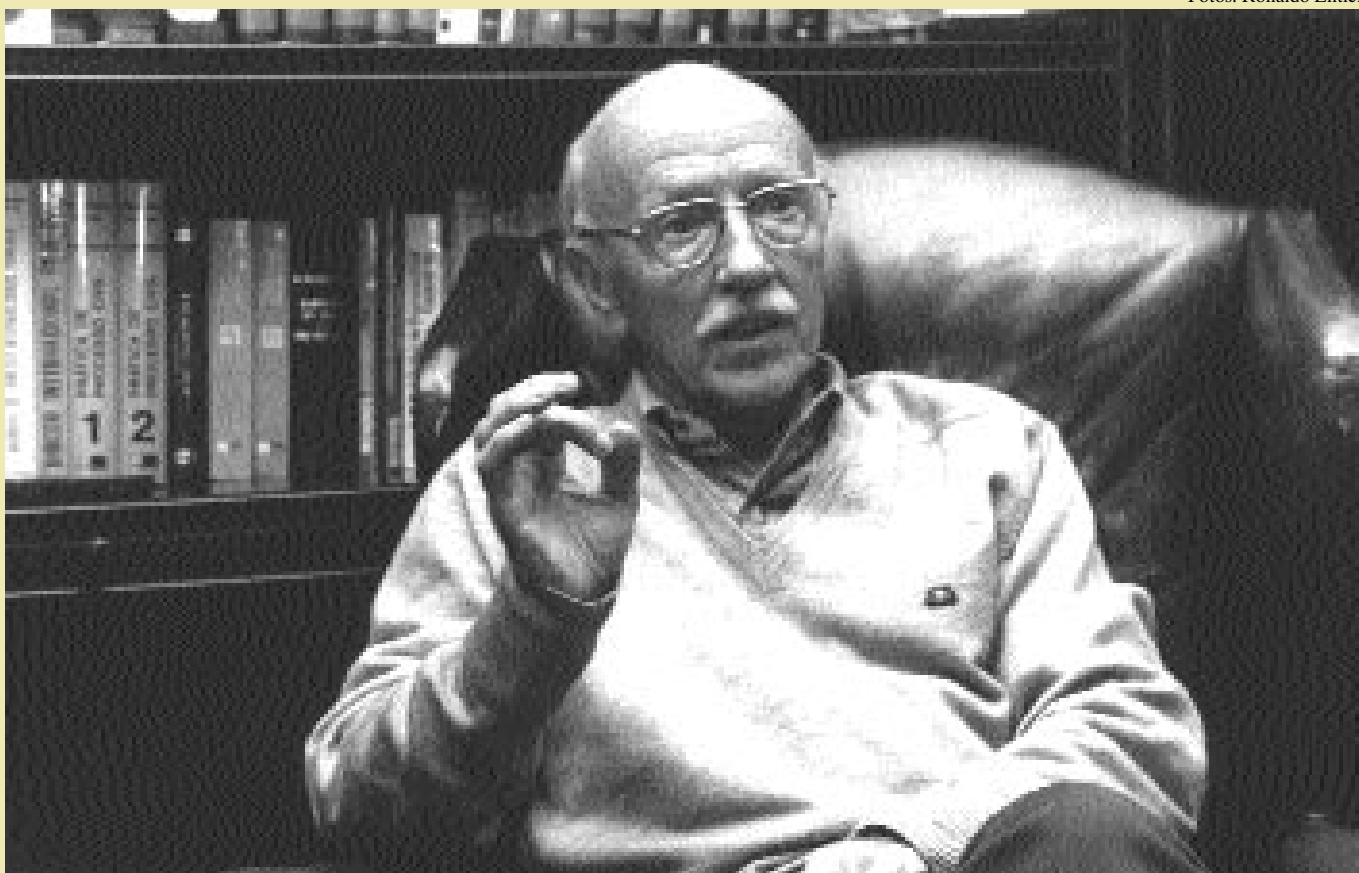
## Entrevista

### Hélio Bicudo

por Jair Borin

# DIREITOS HUMANOS

Fotos: Ronaldo Entler



*Aos 74 anos, o deputado federal Hélio Bicudo (PT/SP) demonstra, na Câmara Federal, a mesma vitalidade na defesa dos direitos humanos que tinha na década de 70, quando, como promotor de justiça, denunciava o Esquadrão da Morte. Para ele, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNHD), anunciado pelo governo Fernando Henrique, não atende às reais necessidades da sociedade brasileira. “O Plano é positivo, mas precisa de medidas concretas e adequadas à nossa realidade”, diz o deputado.*

*Nesta entrevista, Hélio Bicudo analisa os casos de tortura que acontecem constantemente nas delegacias brasileiras, defende a não legalização do aborto e critica a imprensa pelo seu papel meramente mercantilista.*

**Adusp - Recentemente, foram descobertas no Araguaia algumas ossadas de guerrilheiros que estão sendo identificadas. O exame desses despojos revela a prática de tortura pelos militares que combateram a guerrilha. O senhor, que sempre se destacou no combate à tortura no país como promotor e como deputado federal, acredita que a prática da tortura é uma coisa do passado, no Brasil, ou ainda existe hoje nas delegacias em relação ao preso comum?**

**Hélio Bicudo** - Acho que a prática de tortura contra o preso comum não é de hoje, é de muitos anos. Dentro da rotina policial, seja da Polícia Militar ou da Civil, a tortura ocupa um espaço muito grande. Tanto para se obter informações quanto para a incriminação dos acusados ela é usada em níveis elevados. Eu me lembro que, quando era promotor público, em 1956/57, fui designado para trabalhar num inquérito policial em São Paulo, a propósito de um delinqüente que se notabilizava pela violência com que praticava seus assaltos. Na minha presença, e na do delegado de polícia, em uma das delegacias do Deic, o prisioneiro assumiu a responsabilidade por vários delitos e parecia que o estava fazendo espontaneamente. No momento em que o delegado saiu da sala, o acusado disse para mim: "O sr. quer ver as minhas costas?", e tirou a camisa. Tinha marcas recentes de inúmeras queimaduras feitas com ponta de cigarro, o que indicava a prática bárbara de tortura. Tomei providências imediatas como o pedido de exame de corpo

de delito, invalidando todas as declarações que ele havia prestado perante a autoridade policial, que estava querendo obter uma confissão e não fornecer provas e as circunstâncias dos delitos. Agora, ve-

*Essa questão da tortura começou a vir à tona quando nós, da classe média, começamos a sentir na nossa pele a violência dessa prática. Isto aconteceu durante a repressão política, promovida pela ditadura militar. A partir daí, nós descobrimos que havia tortura.*

ja bem, isto foi na década de 50. Hoje, decorridos quase quarenta anos, esta é, ainda, uma prática rotineira por parte da polícia. Essa questão da tortura começou a vir à tona quando nós, da classe média, começamos a sentir na nossa pele a violência dessa prática. Isto aconteceu durante a repressão política, promovida pela ditadura militar. A partir daí, nós descobrimos que havia tortura. Quando eu falo nós, quero dizer a sociedade em geral. A tortura se multiplicou e se estendeu com muita força durante a repressão pela complacência da sociedade. Em decorrência dessa situação, que o regime militar trouxe a lume, nós aprendemos que existe tortura no Brasil e que ela não foi só utilizada para a repressão política, mas ainda é empregada na apuração de crimes comuns. Condenar esta prática é

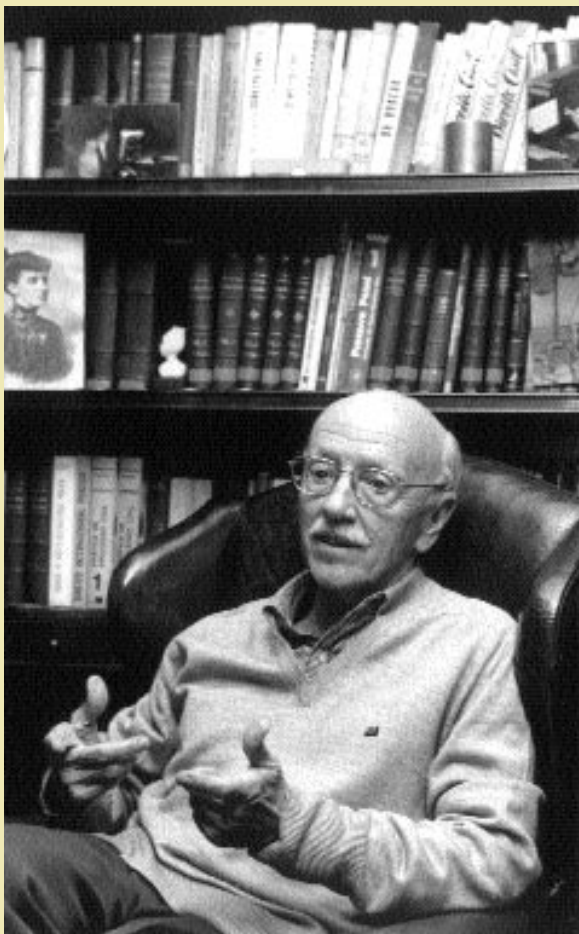
uma atitude nova da sociedade, e acho que ela preenche uma das metas dos direitos humanos no que diz respeito à dignidade das pessoas, ainda que delinqüentes.

**Adusp - O senhor acha que esta tortura também é praticada pela Polícia Militar?**

**Hélio Bicudo** - Sim. Eu me lembro que, na ocasião em que fizemos as investigações do esquadrão da morte, eram apontados inúmeros casos praticados primeiro pela Polícia Civil e depois pela própria Polícia Militar. Eram torturas que muitas vezes estravazavam para a eliminação de pessoas que a polícia julgava que tinham responsabilidade criminal.

**Adusp - Com a mudança da legislação, remetendo para a justiça comum o julgamento de delitos praticados por integrantes da Polícia Militar, o senhor acha que estas práticas poderão ser inibidas?**

**Hélio Bicudo** - Acho que poderão ser inibidas à medida que nós deslocarmos esta competência do processo e do julgamento para a justiça comum, porque, na verdade, há uma tendência em camuflar esta substituição de competência para que ela seja tão ou quase inócua como a manutenção da competência da Justiça Militar e das PMs para o processo de julgamento nesses casos. Se olharmos com atenção os projetos que se apresentaram e a maneira pela qual o Senado apreciou o texto original, verificamos que, muito mais do que se fazer alguma coisa neste sentido, prevaleceu a intenção de



**do aprovada agora. O senhor acredita que, para recuperar a disposição anterior, de realmente enquadrar a PM na Justiça Comum, só seria possível com um novo projeto?**

**Hélio Bicudo** - Sem dúvida nenhuma. O Senado deu um nó regimental, de forma que não pudemos recuperar o projeto aprovado pela Câmara em janeiro deste ano. Não há possibilidade porque com essa manobra regimental aquele projeto acabou sendo arquivado. Agora, só nos resta aprovar o projeto Genebaldo (do deputado Genebaldo Correa), que não é

se camuflar uma idéia. Isto para que pareça à sociedade que se está fazendo algo, enquanto, na verdade, não se está fazendo nada. Da maneira pela qual este projeto veio do Senado, é muito difícil revertê-lo para a idéia originária, que era o enquadramento na Justiça Comum de todos os crimes praticados pela PM. Nas suas atividades de policiamento, eles vão permanecer quase todos. De maneira que se aprovou um projeto tecnicamente malfeito, mas que pode ter algum alcance, embora limitado.

**Adusp - Gostaria de retornar à questão do projeto que ficou descharacterizado entre a proposta original, que acabou sendo arquivada no Senado, e aquela que está sen-**

satisfatório, tem falhas grandes do ponto de vista técnico e legislativo, mas pelo menos permite que o julgamento dos casos do Carandiru, de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás e outros passem para a justiça comum. Quer dizer, é um passo pequeno, mas no momento é o que se pode fazer. Para o futuro, temos que ter o compromisso do governo em apoiar um projeto mais eficaz, para que não fiquem de fora o espancamento, lesões corporais, prisão ilegal, tortura, extorsão e estupro praticados por PMs, pois ficam todos ainda sob a responsabilidade da Justiça Militar. E, mais ainda, tirar da Justiça Militar a investigação destes casos, porque é uma justiça corporativa. Como é a investigação que dá o tom ao processo, se eles

prossequirem com as investigações, evidentemente que não vamos chegar a nada.

**Adusp - E as denúncias de práticas de arbitrariedades praticadas pela segurança do Congresso Nacional? Elas serão apuradas?**

**Hélio Bicudo** - Esta idéia começou a aflorar numa denúncia feita pelo deputado Ivan Valente. Ele nos mandou um dossiê e, evidentemente, vamos ouvir as pessoas, mas não temos poder decisório. Nós podemos ouvir, tirar as nossas conclusões e encaminhá-las ao presidente da Câmara e à própria Polícia Federal. Com um fato desta natureza dentro da Câmara, acho que o presidente da Casa será o primeiro a tomar uma posição muito clara, no sentido de penalizar os responsáveis. Do ponto de vista administrativo ele não pode fazer mais do que isso. Depois, deve encaminhar estas questões para o Ministério Público, para que o processo penal tenha início. Nós não temos ainda tipificado o crime de tortura, pois o projeto com este objetivo já passou pela Câmara dos Deputados, mas precisa ser aprovado no Senado para seguir à sanção presidencial. Só a partir daí teremos tipificado um crime de tortura. Antes disso, só podemos punir alguém, administrativamente, conhecendo que houve uma prática de infração funcional e, também, punir os resultados dessa infração, como lesões corporais leves ou graves. Hoje, entretanto, não temos os instrumentos que vamos ter daqui a alguns dias para a punição do crime típico de tortura (torturar alguém).



**Adusp - Insistindo um pouco mais na questão da tortura. Nada daquilo que foi praticado até agora poderá ser enquadrado na nova lei. Casos como o de Corumbiara, em que ficou bem tipificada a tortura tanto da PM como de jagunços, que bateram em mulheres, espancaram crianças, obrigaram um dos acampados a comer os miolos de outro assassinado, ficarão impunes?**

**Hélio Bicudo** - Não, eu não acredito que eles continuem impunes, mas haverá uma grande dificuldade para a punição, porque estas investigações começaram a ser feitas pela própria PM. Eu me lembro das dificuldades que os próprios legistas indicados pelo Ministério da Justiça tiveram para chegar a algumas conclusões importantes na aferição da responsabilidade da PM. Agora, com relação ao crime de tortura, evidentemente que eles não poderão ser incriminados por este crime típico, porque existe o princípio da irretroatividade da lei penal; de maneira que só depois de sancionada a lei que qualifica e descreve o crime de tortura é que poderemos começar a punir os torturadores. Tem uma coisa que eu acho importante frisar: o governo federal parece que está abandonando este ponto de vista, tanto que enviou a respeito um projeto de emenda constitucional. É a possibilidade de você federalizar determinados crimes contra a humanidade. Existe um órgão que funciona dentro do Ministério da Justiça, que é o

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana, e as suas funções e atribuições estão sendo remodeladas num projeto que está sendo discutido agora na Comissão de Constituição e Justiça. Pretende-se que esse Conselho seja o foro para o qual o Ministério Público ou a Ordem dos Advogados possam recorrer para a federalização de determinados crimes que então começarão a ser investigados e julgados pela própria Justiça Federal.

*Acho que as reformas constitucionais pretendidas pelo presidente da República são absolutamente dispensáveis. A nossa Constituição é realmente democrática. Ela pode ser aperfeiçoada num ponto ou em outro, mas tomar as reformas constitucionais como dogma para a reforma da sociedade e do Estado penso que não tem o menor sentido.*

**Adusp - Com relação a crimes cometidos pelo Exército durante a guerrilha do Araguaia. Pelo que consta, ali foram praticados vários atos contra a pessoa humana, sejam contra guerrilheiros, sejam contra camponeses e civis. Em uma das ossadas descobertas agora, há sinais evidentes de tortura?**

**Hélio Bicudo** - Evidentemente que houve tortura. Entretanto, como a tipificação do crime de tortura depende do projeto de lei que está sendo discutido agora no Senado, como já expliquei, os possíveis autores desses atos não poderão ser punidos por esse crime. Mas se eles fo-

rem identificados, poderão ser punidos, não mais pelos crimes de lesões corporais, que estão prescritos, mesmo porque a prescrição só ocorre a partir da hipótese de que você sabe que houve um crime e sabe quem foi o seu autor. Então, nestas condições, se você descobrir a autoria dessas lesões e deste homicídio, você pode incriminar os seus autores. Aí, no caso, não há anistia.

**Adusp - O senhor discute muito a questão do crime conexo, argumento utilizado pelos militares para anistiar os torturadores. Há conexão entre a guerrilha e a tortura?**

**Hélio Bicudo** - É lógico que não há. A conexão são crimes da mesma espécie e praticados pelas mesmas pessoas. Não se pode botar pessoas que são adversárias no mesmo barco. Um crime não elimina o outro. São coisas diferentes.

Não existe esta conexão. A conexão existe quando você pratica uma lesão corporal e em seguida elimina esta mesma vítima. Mas, se há pessoas diferentes não existe conexão.

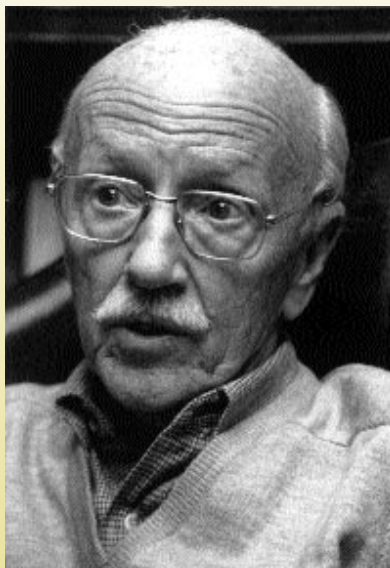
**Adusp - Em relação ao governo FHC, como o senhor vê as propostas que estão sendo encaminhadas na área da questão dos direitos humanos?**

**Hélio Bicudo** - Veja bem, eu acho que as reformas constitucionais pretendidas pelo presidente da República são absolutamente dispensáveis. A nossa Constituição

é realmente democrática. Ela pode ser aperfeiçoada num ponto ou em outro, mas tomar as reformas constitucionais como dogma para a reforma da sociedade e do Estado penso que não tem o menor sentido. E o fato de que não tem o menor sentido é que até hoje nós não naufragamos, como se dizia se essas reformas não fossem feitas. Acho que uma remodelação das funções do Estado, não para o atendimento dos grupos financeiros, como está acontecendo agora, mas para o atendimento da sociedade como um todo, é prioritário. Sobre este aspecto, o governo FHC não disse a que veio e baixou um Plano Nacional de Direitos Humanos que eu acho positivo, mas que precisa de medidas concretas e adequadas à nossa realidade. Elas, entretanto, não vão ser encontradas nas reformas constitucionais que o governo está propondo. Muito pelo contrário, quando se fala na reforma administrativa, na reforma da previdência, você está atemorizando as camadas mais pobres da população, em benefício da elites brasileiras pura e simplesmente.

**Adusp - Qual o papel dos partidos de oposição no Congresso?**

**Hélio Bicudo** - Quando se iniciou a atual legislatura, eu disse, após um exame até superficial das forças existentes hoje no Congresso, que esta seria a legislatura mais tranqüila, porque a oposição iria ser acuada de uma maneira tal, que muito pouco do que ela pretendesse poderia ser feito. A oposição ao atual governo soma não



*Democracia não é apenas o governo da maioria, então, se torna ditadura da maioria. (...) Qualquer sistema democrático precisa praticar dentro do Congresso o diálogo entre a oposição e a situação. Este diálogo está cada vez mais minimizado, inclusive através desta reforma recente do regimento interno, que não permite que as oposições se expressem enquanto oposições.*

mais do que 110 deputados num horizonte de 514. É praticamente nada e assim mesmo o governo busca novos instrumentos, como por exemplo a supressão dos DVS –destaques para votação em separado–, que é um instrumento de atuação das oposições. O governo conseguiu minimizar este instru-

mento, tirando das oposições a oportunidade de se oporem. Democracia não é apenas o governo da maioria, então, se torna ditadura da maioria. Não se trata de um regime democrático, se trata de um regime de imposição daquilo que a maioria entende que é verdade, e nem sempre a verdade está com a maioria. Qualquer sistema democrático precisa praticar dentro do Congresso o diálogo entre a oposição e a situação. Este diálogo está cada vez mais minimizado, inclusive através desta reforma recente do regimento interno, que não permite que as oposições se expressem enquanto oposições.

**Adusp - Entre a oposição já se fala da inutilidade de se estar hoje no Congresso. O senhor participa dessa idéia?**

**Hélio Bicudo** - Não chegaria a este extremo porque uma migalha ou outra a gente consegue. Mas, na verdade, levando ao extremo, a oposição praticamente inexistente, porque ela não é sequer respeitada pela situação. E esta última questão foi realmente um desrespeito muito mais à Nação e à democracia do que às oposições. O governo não quer o diálogo, ele quer a imposição. E isto não podemos conceber num regime democrático. O governo impõe a sua vontade através das medidas provisórias, muitas delas inconstitucionais, com a conivência do Supremo Tribunal Federal. É através desse rolo compressor que o governo impõe o que quer.

**Adusp - O senhor vê alguma diferença entre o governo federal**

**e o chamado Centrão, na época do ministro Roberto Cardoso Alves, que praticava o conhecido “é dando que se recebe”?**

**Hélio Bicudo** - Não, eu não vejo muitas diferenças. Penso que o governo não deveria adotar esta política porque quanto mais se dá, menos se recebe. O governo podia encerrar uma participação das oposições, porque muitas vezes acontece que você tem uma participação de deputados da oposição, mas não enquanto oposição. Por exemplo, neste projeto sobre a tipificação do crime de tortura. É muito mais um projeto das oposições do que do governo. Na hora da votação deste projeto, a direita, que faz parte da base parlamentar do governo, se rebelou porque não queria aprová-lo.

**Adusp - No inquérito do massacre de Eldorado dos Carajás estão sendo enquadrados 150 PM's de maneira bem genérica, sem tipificar autores e disparos. O corporativismo e a convivência entre os mandantes da chacina e os autores dos crimes estão cada vez mais claros na investigação do caso. Nem o governador nem o secretário de Segurança foram indiciados. Este caso pode acabar em “pizza”?**

**Hélio Bicudo** - Acho, assim como o Carandiru e Corumbiara. Esses crimes são hediondos, mas não existe vontade política para apurá-los. Denunciar 154 réus sem a tipificação do que cada um cometeu, num embróglio só, é a mesma coisa que não denunciar ninguém. Depois, estão excluindo os responsáveis, ainda que por omissão. Eles tinham conhecimento de que

aqueles eventos poderiam acontecer e deixaram pura e simplesmente que acontecessem.

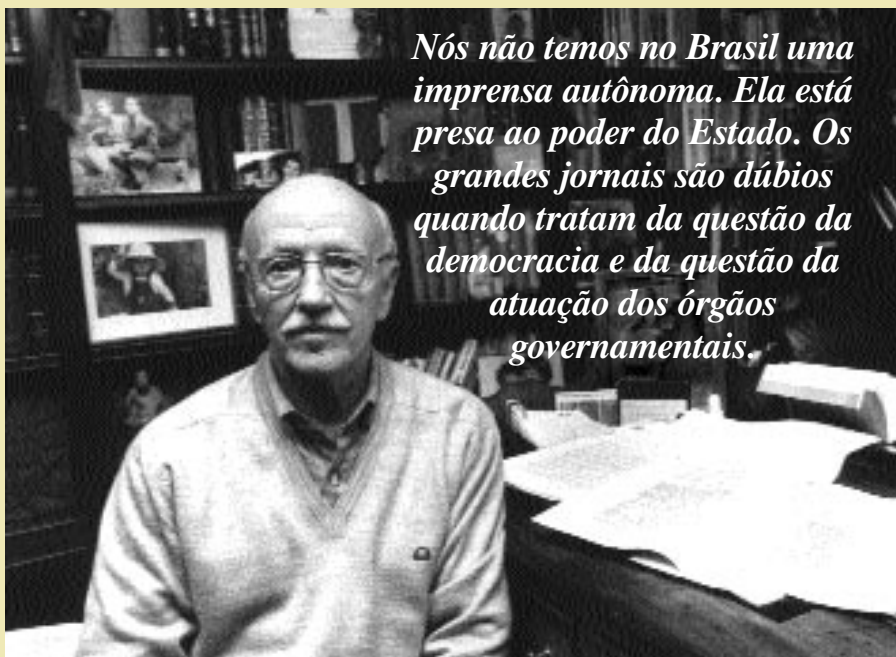
**Adusp - Mudando de assunto, gostaria de falar sobre a questão do aborto. O senhor tem um ponto de vista muito particular, enquanto o movimento feminista e outras correntes da sociedade defendem uma posição bastante oposta à sua. Num caso de estupro, por exemplo, não seria lógico a mulher poder abortar, caso venha a ficar grávida?**

**Hélio Bicudo** - Partir de uma questão excepcional para se resolver um problema geral, acho que não é muito realista. Na questão do estupro, se você estabelece, como consta na Constituição brasileira, que a vida é um direito a partir da concepção, mesmo que tenha sido gerada a partir de um ato de violência, não deixa de ser uma vida. Então, se você corta este processo em qualquer momento, você comete um crime contra a vida. O ser que foi gerado não é responsável pela violência que o gerou. Nós, então, estamos punindo um ser que não tem defesas contra uma violência que ele não praticou. O mais razoável e racional será dar a estas pessoas que foram violentadas um tratamento psicológico adequado, para que elas aceitem a gestação e depois resolvam o que querem fazer com o produto da gestação, se querem ou não ficar com ele. O Estado é o responsável, evidentemente, numa violação, porque se a violação existe é porque o Estado por omissão ou por ação permitiu que ela ocor-

resse. O Estado deve ser responsável por esta criança, colocando-a num lar substituto ou tratando dela enquanto Estado. Você vai dizer que isto no Brasil é uma bagunça. Você não pode, com base na desorganização do Estado, resolver um problema de vida. Nestes casos pode acontecer que a mulher pratique o aborto, embora ele seja incriminado por uma lei. Às vezes é porque o marido não queria filhos, o que iria onerar a vida do casal, embora o filho possa ser dele. A pressão que a mulher sofre pode levá-la ao aborto. Eu acho que se deve dar ao juiz o arbítrio para que, examinando cada caso, decida se deve punir ou não a mulher. Nos casos extremos, por exemplo, o juiz poderá não punir. Ele vai dizer: “Cometestes um crime, mas eu posso, diante da lei, tirar a responsabilidade deste crime da tua pessoa”. Mas o crime existe.

**Adusp - Supondo que o juiz adote esta prática, ponderando no final que a ele, juiz, cabe decidir e não punir a mulher, embora ela transgrida uma lei, isto não estimularia a prática de abortos clandestinos e toda esta indústria que existe hoje no Brasil, desde curiosos até médicos ?**

**Hélio Bicudo** - Acho que é ao contrário. Você pode instituir o aborto, legalizar o aborto, e o aborto clandestino vai continuar existindo, exatamente porque na maioria das vezes as mulheres não querem que isto transpareça, porque se elas forem a um médico autorizado, num hospital, para fazer o aborto, elas estão admitindo que



*Nós não temos no Brasil uma imprensa autônoma. Ela está presa ao poder do Estado. Os grandes jornais são dúbios quando tratam da questão da democracia e da questão da atuação dos órgãos governamentais.*

cometeram uma relação sexual que pode até não ter sido violenta. Mas se ela se apresentar em uma delegacia de polícia e disser que foi estuprada e requerer a atuação do médico do Estado, então acho que se você vai pelo menos continuar com o mesmo número de abortos clandestinos. É como o jogo do bicho. Se você legalizar, vai continuar existindo o ilegal e todo mundo vai jogar o ilegal, porque não paga imposto. Da mesma maneira, se legalizar o aborto, vai existir o ilegal. Muitas pessoas não querem que a sociedade tenha conhecimento desse fato, inclusive a própria mulher. Zamiti Mamana, médico cientista, que estudou a questão do aborto, relata o caso de uma mulher cujo marido viajou. Durante sua ausência ela teve uma relação extramatrimonial e aproveitou a viagem do marido para fazer o aborto. Acontece que o marido antecipou o seu retorno e a encontrou no hospital. Então, ela

contou com a conivência do médico para encobrir o fato, alegando que estava sendo tratada de uma coisa qualquer. Não é legalizando que nós vamos diminuir o mal. Ao contrário, se você legalizar, você abre as portas. Essa questão do aborto também tem que ser examinada do ponto de vista do que chamamos de bioética populacional. Ela enfoca a necessidade de se fazer um planejamento familiar para que os casais possam ter os filhos segundo suas condições de proporcionar-lhes condições mínimas de conforto. Nesse sentido, hoje se propõem três coisas: o uso de anticonceptivos, o uso de esterilização e do aborto. Nas populações do Terceiro Mundo, onde não há uma cultura nesse sentido, você não vai conseguir que as mulheres não engravidem, seja por métodos naturais, químicos ou mecânicos. Então, o que passar daí vai para o aborto e o que passar daí vai para a esterilização. Isto não é uma po-

lítica para nós, isto é uma política que vem dos Estados Unidos, e ela advém ainda da ideologia da segurança nacional dos países ricos. Por isso, outro dia falei que os países ricos é que estão interessados nessa questão da anticoncepção, do aborto e da esterilização. Parodiando um velho refrão: trabalhadores de todo o mundo uni-vos, e ricos de todo o mundo uni-vos contra os povos.

**Adusp - Para encerrar, como o sr. vê hoje a imprensa brasileira?**

**Hélio Bicudo** - É uma imprensa empresarial. Você se lembra que o *Estadão*, submetido à censura, substituiu artigos censurados por poesias de Camões ou por receitas culinárias. Ele, porém, não estava defendendo o regime democrático; estava defendendo a sua própria razão de ser. Ele apoiou o regime de força, mas apenas quando este regime tocou a imprensa é que ele reagiu desta maneira. Nós não temos no Brasil uma imprensa autônoma. Ela está presa ao poder do Estado. Os grandes jornais são dúbios quando tratam da questão da democracia e da questão da atuação dos órgãos governamentais. Eles são muito mais do lado de lá do que do lado de cá. Outro dia, por exemplo, eu vi um editorial na *Folha de S. Paulo* que é um despau-tério, dizendo que a reforma agrária deveria ser feita através da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Isto é pura piada. Ou você faz reforma agrária atendendo às necessidades reais da população que está aí solta no espaço, ou você não faz e engana com o ITR. RA

# GLOBALIZAÇÃO ESCONDE REALIDADE

Texto: Hamilton de Souza  
Ilustração: Maringoni



**E**xaltado, glorificado e até mesmo transformado na última panacéia da vida nacional, o processo de globalização – da economia, das comunicações e da cultura – comporta os mais variados entendimentos, desde a sua negação como algo novo na face da terra até sua afirmação como algo inédito, irreversível e incontrolável.

A análise sobre o que está acontecendo desperta interpretações polarizadas, enfocadas sob prismas diferentes e, muitas vezes, recheadas de aspectos polêmicos. Mas é exatamente no clima do debate que essa questão começa a ser estudada e aprofundada, muito além dos discursos oficiais e da superficialidade da mídia.

Na última reunião da SBPC, em julho, na PUC/SP, duas mesas-redondas sobre o tema bateram recordes de público, especialmente estudantes. A curiosidade pelo conhecimento está no ar. Afinal, a chamada globalização tem sido associada à abertura das fronteiras comerciais, à privatização do Estado, aos investimentos estrangeiros, à elevação dos padrões de qualidade e eficiência, ao competitivismo, ao consumo ampliado de bens e serviços, ao acesso tecnológico e até ao cenário de uma nova era na educação e na cultura.

Da mesma forma, estão sendo associadas à globalização a quebra de bancos, o aumento das concordatas e falências, a desestruturação e a desnacionalização de setores produtivos, o crescente desemprego, o bombardeio aos direitos trabalhistas e sociais, a migração da mão-de-obra, o refluxo sindical, a devastação cultural e o aumento das disparidades sociais.

O relatório da ONU sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado dia 15 de julho, constata que as disparidades econômicas entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento se acentuaram ainda mais nos últimos 15 anos, período em que se verifica a intensificação da globalização. Classificado em 58º lugar no IDH, o Brasil apresenta um desempenho inferior à média mundial, mesmo porque continua sendo o campeão de concentração da renda.

Além de analisar aspectos econômicos e sociais de 174 países, e de apontar inúmeros desvios no desen-

volvimento humano, o relatório da ONU trata também do “crescimento desenraizado”, alertando para o fato de que, no atual processo de globalização, muitas das 10 milhões de culturas existentes no mundo correm o risco de marginalização ou desaparecimento.

### Realidade

Professor de Filosofia Contemporânea na USP, Paulo Arantes diz que a primeira coisa a ser feita, ao tratar desse assunto, “é parar de falar em globalização e modificar a conceituação sobre o que está ocorrendo atualmente”. Para ele, “globalização é um conceito muito ambíguo, ideológico, apologético e fala de uma coisa que não existe”.

Globalização, segundo Arantes, significa uma sociedade sem fronteiras, interdependência, paridade, fluxo em todos os sentidos, um conjunto de oportunidades e riscos para todos. “Isso é um mito”, diz ele, “não existe, é uma brincadeira, é um discurso, e as pessoas que estão falando em globalização estão sonhando”.

Depois de lembrar que a denominação surgiu nos anos 70, quando alguns professores universitários norte-americanos passaram a falar em *global trade* para orientar as políticas internacionais de suas empresas, Arantes afirma que a insistência em se dizer, hoje, que “nós estamos entrando numa nova era, porque a sociedade é global, o mercado é mundial, esconde alguma coisa”.

Para ele, uma expressão mais adequada é mundialização do capital. E, neste caso, o fenômeno não é novo, pois “o capital é mundial desde que existe, desde o século XIV”. Se é para falar em termos de abertura econômica, das empresas e dos mercados, diz Arantes, “a economia mundial já foi mais aberta do que é hoje, no apogeu da hegemonia inglesa, entre 1870 e 1914”.

Outra coisa que descaracteriza a globalização é o fato de que pouquíssimas empresas são transnacionais. Segundo o professor Arantes, “a maior parte dessas empresas ditas globais são, na verdade, corporações multinacionais baseadas nacionalmente”. Ou seja, todas elas preservam uma base nacional, uma matriz, um centro de controle cuja localização geográfica não é acidental.

Com relação ao fluxo do capital financeiro e dos investimentos diretos, que seria outro componente num processo de globalização, diz Arantes, ele acontece no interior da tríade Estados Unidos-Europa-Japão (sudeste asiático), onde estão baseadas 80% das corporações mundiais. “Portanto, o fluxo se dá lá em cima, com algumas adjacências periféricas, mas o resto está fora, o Brasil está fora”. O que está “globalizado”, segundo ele, é o capital especulativo, estimado em 1 trilhão de dólares, que gira o mundo em 24 horas, opera nas bolsas de vários países e que também está concentrado nas mãos de poucos investidores internacionais.

Paulo Arantes atribui à crise de hegemonia do capital norte-americano “essas alterações de padrões costumeiros”. Segundo ele, “o fato é que os Estados Unidos são o maior mercado, a maior potência militar do mundo, as maiores corporações estão lá, mas a economia norte-americana não cresce há 25 anos, e uma potência só é hegemônica se tem condições de organizar e gerir, capacidade que os Estados Unidos perderam”.

Então, o que acontece “é um interregno entre a passagem da hegemonia norte-americana e uma outra hegemonia que nós não sabemos ainda qual é, talvez seja a do sudeste asiático”. Para ele, nesse período de crise de hegemonia ocorre o deslocamento do capital financeiro, que torna possível algumas coisas, entre elas a estabilização monetária em países periféricos. “Sem esse capital”, diz, “não há estabilização monetária no Brasil nunca.”

Ao entrar em crise, a hegemonia norte-americana – que durante anos fortaleceu movimentos na periferia – obrigou a classe dominante brasileira a buscar saídas para o seu modelo desenvolvimentista. A saída encontrada, segundo Arantes, “foi inter-

nacionalizar de outra maneira a mesma coalizão de classe”. Ele conclui que essa alteração é simplesmente de padrão desenvolvimentista, já que “o mesmo pacto de dominação, a mesma coalizão de classe que vem dos anos 30, continua sem rachadura, sem qualquer alteração”.

Arantes diz que o Estado brasileiro, que “nunca foi público nem popular, mas privado”, sempre atuou e continua atuando para, “através de uma política monetária de subsídios, de financiamentos e até de pilhagem pura e simples, remunerar, igualmente, os

setores produtivos e improdutivos, os mais dinâmicos e os mais atrasados, pois eles querem exatamente a mesma coisa”.

Para o professor, a briga da classe dominante por financiamento, a sua internacionalização, acrescenta “nada” para a maioria da sociedade brasileira. Ele considera ilusão do presidente Fernando Henrique Cardoso achar que, no final do seu governo, possa contar 20 milhões de pessoas vivendo em padrões do chamado primeiro mundo. Ao

contrário, a tendência é de aumentar a “relegação social” e de ampliar a “dessolidarização da classe dominante”, que terá o eixo dos seus negócios no exterior.

### Controle

Embalado no discurso modernizante da globalização, o sociólogo e presidente Fernando Henrique admite, no texto incluído no relatório da ONU, que “as soluções para os problemas sociais não são apenas nacionais”, pois “a globalização limita as ações do Estado e tem conseqüências ambivalentes para o desenvolvimento da sociedade”.

Mais adiante, no mesmo texto, ele diz: “Na década de 60, os países do Terceiro Mundo buscaram uma no-

*O fato é que os Estados Unidos são o maior mercado, a maior potência militar do mundo, as maiores corporações estão lá, mas a economia norte-americana não cresce há 25 anos, e uma potência só é hegemônica se tem condições de organizar e gerir, capacidade que os Estados Unidos perderam.*

*Paulo Arantes*

va ordem econômica internacional para corrigir as raízes da desigualdade internacional com sucesso limitado. Hoje em dia, as negociações globais Norte-Sul perderam a sua força exatamente no momento em que a economia está sendo globalizada, e está surgindo uma superestrutura homogeneizante mais preocupada com a liberdade de fluxos do que com a diminuição das desigualdades”.

Se essa análise é para valer, o presidente reforça não apenas o caráter incontrolável do processo de globalização, inclusive para a formulação de políticas próprias de desenvolvimento, como também revela um ambiente de capitulação frente ao crescimento das desigualdades sociais, interno e externo. Ou seja, segue a cartilha oficial ditada pelos interesses da internacionalização do capital, apesar dos custos constatados.

Em artigo publicado no *Estado de S. Paulo* (6/7/96), o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, chamou a atenção exatamente para essa onda de que “tudo acontece por causa da globalização e tudo se resolve por meio da globalização”.

Para ele, a “globalização não é somente o novo dogma dos economistas, mas é principalmente a nova racionalidade das instituições internacionais e multilaterais e dos Estados nacionais; tudo acontece ou deve acontecer de uma determinada forma em função e como consequência inexorável da globalização”.

Para a professora de História da América Latina Contemporânea (USP), Zilda Iokoi, o problema de uma globalização ampla é justamente estabelecer controles no planejamento e na execução. Ela considera que o mercado e os recursos financeiros estejam em processo de globalização, mas “o resto não”. O que está acontecendo, diz ela, é que “o centro do capitalismo está tentando estabelecer gerenciamentos supranacionais, mas aí existe um descompasso entre o

planejamento centralizado e a execução”.

Iokoi lembra que, historicamente “o Brasil é marcado pelo individualismo do modo de produção, herdado do colonialismo”, e que essa fragmentação “acaba sendo fator de resistência à globalização”. Existe, segundo ela, todo um processo que “faz o país se concentrar em torno do poder local; e o maior exemplo disso é o coronelismo no nordeste, onde o coronel tem o poder da territorialidade (se apropria da terra) e exerce esse poder com a prática da violência e o paternalismo”.

Outro exemplo de resistência aos controles modernizantes são as comunidades remanescentes dos quilombos, estimadas em mais de mil espalhadas pelo país, que se aposaram de terras para fugir da escravidão e que até hoje vivem isoladas, com nenhum ou pouco contato com novas tecnologias e sem nenhum vínculo com a globalização.

Iokoi enfatiza também a capacidade de transformação das populações interioranas para reverter situações, se adaptar, al-

terar modo de vida, sem perder o rumo de sua trajetória cultural. É o caso das comunidades rurais expulsas das terras para a construção de barragens de usinas hidrelétricas, chamadas de “afogados”, que se organizaram no Movimento Sem-Terra e lutaram durante anos – no caso da Encruzilhada do Natalino, Rio Grande do Sul – até conseguirem constituir uma nova comunidade agropecuária.

Para a professora da USP, muitas dessas comunidades “modificaram enormemente o seu modo de produção”, foram influenciadas pela tecnologia e pelo mercado, mas “mantêm o sentido da propriedade individual e familiar”. Outro exemplo de adaptação é o dos povos da floresta, que passaram a valorizar a extração e as lavouras comerciais, inclusive para exportação,

*Exemplo de resistência aos controles modernizantes são as comunidades remanescentes dos quilombos, estimadas em mais de mil, que se aposaram de terras para fugir da escravidão e que até hoje vivem isoladas, com nenhum ou pouco contato com novas tecnologias e sem qualquer vínculo com a globalização.*

*Zilda Iokoi*



mas “com forte sentido de preservação da floresta”.

“O que acontece”, diz ela, “é que muitos povos se apropriam de tecnologias difundidas na globalização e as adaptam conforme seus interesses, mantendo seus vínculos culturais.” A parte mais importante, nessas situações todas, “é do saber fazer”, na medida em que essas populações têm sob o seu controle o seu modo de produção e seu modo de vida.

No Brasil urbano, no entanto, onde, segundo Iokoi, as populações perderam boa parte de suas tradições, o processo acelerado de globalização econômica provoca alterações significativas no modo de vida, especialmente em função das relações de trabalho. Ela lembra que, nos últimos anos, esse processo matou 60% da possibilidade de empregos na área industrial, no ABC paulista. “Setores inteiros estão se esvaziando, se desintegrando, com o fechamento de muitos postos de trabalho.”

“Com isso”, afirma, “a alteração cultural é enorme”, na medida em que muitos trabalhadores são obrigados a entrar num processo de terceirização ou viver de subemprego, trabalhando como camelôs, submetidos à instabilidade e à desestruturação familiar e social. “Em vários setores”, diz ela, “o conjunto da força de trabalho retorna à situação do século XIX, na questão dos direitos trabalhistas e sociais.” O desdobramento imediato disso é a grande “dessindicalização existente, em função do desemprego, que atinge a região do ABC, onde está o sindicalismo mais organizado e mais combativo do país”.

Segundo Iokoi, “o processo de globalização exclui a maior parte da população, cria novas massas de miseráveis”, que acabam buscando novas formas de inserção social e cultural. Para ela, “essa volta da religiosidade, que avança em muitos lugares, é um apego ao que existe lá atrás”, uma tentativa de “reconstruir eles da experiência cultural, na lógica da re-humanização”.

Ela acredita, no entanto, que “a onda neoliberal vai se esgotar em pouco tempo e surgirá uma necessidade de afirmação nacional, baseada na retomada dos padrões de desenvolvimento regionais, com a criação de novas formas de gestão e de produção”. Segundo Iokoi, “a questão, no momento, é saber como abrir caminho na mídia, já que o discurso dominante corre solto, tratando como se fosse natural entrar no mundo globalizado”.

## Contradição

Professor de Política Cultural na ECA-USP, José Teixeira Coelho Neto afirma que “a globalização cultural é um processo complexo, fragmentário, contraditório e dinâmico”, sobre o qual “não dá para dizer que é uma coisa só e produz um único tipo de efeito”. Segundo ele, “não é um fenômeno em bloco, maciço, mas tem múltiplos aspectos com efeitos contraditórios.”

Teixeira Coelho diz que é possível notar “via comunicação de massa uma tendência de pasteurizar, que seria o movimento de uniformização; mas há também o movimento contrário de localismo, que são fontes, grupos, que cultivam certos impulsos locais e fazem questão de cultivar esses impulsos.” Então são dois fenômenos que existem ao mesmo tempo.

No sentido mais amplo da globalização cultural, relacionado ao comportamento e ao modo de vida, existe – para ele – uma uniformização maior. “É o caso do uso do tênis pelo jovem norte-americano, pelo brasileiro, pelo japonês ou pelo cubano, que também quer usar.”

Ele lembra, no entanto, que os estudos sobre localismo estão aparecendo justamente neste momento em que se fala tanto de globalização. São estudos que tratam daquilo que está mais próximo, mais imediato: “Seria o provincial em contraposição ao nacional, ou, em muitos casos, o nacional é o localismo em relação ao internacional”.

No localismo, o que se observa, diz o professor, é a ocorrência de “esforços até violentos para se manter determinados padrões culturais”. Na segunda metade dos anos 80, por exemplo, “o sentimento regional ficou muito exarcebado aqui no Brasil, quando se via nos carros o adesivo ‘o sul é o meu país’; e isso não era da boca para fora, pois esse sentimento separatista sempre existiu e continua latente na região sul.”

Teixeira Coelho diz que, no estudo da cultura, existe “uma certa tendência a valorar negativamente a globalização, que é tratada como uma avalanche que vai passar por cima de tudo”. É freqüente encontrar, segundo ele, em estudos passados, registros de previsões catastróficas sobre determinadas situações culturais, mas que não se realizaram.

Além do mais, afirma, “muitos movimentos utópicos como o marxismo e a religião católica sempre foram uniformizantes, globalizantes, e sempre apostaram muito na transformação da humanidade numa enorme fraternidade”. O que acontece é que “a humanidade sempre perseguiu, de certa forma, uma meta unificadora, mas quando essa meta está chegando perto ela vê que tem problemas”. Assim, diz ele, “a humanidade sempre fica numa encruzilhada entre o pensamento unitário, que pode ser totalitário, e o pensamento divergente, que é responsável por todas essas diferenças, incluindo o racismo, o ceticismo, a luta, a agressão.”

Para Teixeira Coelho, é inegável que “o Brasil está mais exposto a essa ação niveladora, homogeneizadora, porque os nossos valores nunca se firmaram e nós não temos uma política cultural de afirmação desses valores”. Ele aponta como exemplo inverso a situação da França, que além de ter uma sólida história cultural, “tem política cultural para defender seus valores e para preservar sua identidade tradicional.”

Essa ação globalizante na cultura, segundo ele, “está entrando muito forte pelos meios de comunicação, pelo cinema e principalmente pelo comportamento das pessoas”. E Teixeira Coelho não considera isso negativo, ao contrário: “Acho que a inundação de informação que está acontecendo hoje em dia faz com que as pessoas pensem duas vezes”. Ele lembra, como exemplo negativo, a atitude do governo do Irã, que mandou arrancar todas as antenas parabólicas das casas para que ninguém veja os canais de televisão de outros países. “Lá, o movimento religioso fundamentalista tem uma política declarada contra a modernidade.”

Em pesquisa recente, relatada no livro *Globalização e identidade cultural na América Latina*, a professora Maria Nazareth Ferreira, da ECA/USP, registra


inúmeras observações sobre os danos – econômicos, sociais e culturais – provocados pelo crescente processo de globalização.

Segundo ela, “os países do Terceiro Mundo, especificamente suas classes subalternas, obrigadas a seguir as determinações do processo econômico global para garantir sua sobrevivência, estão alterando os traços mais significativos de sua identidade; e muitos dos problemas relacionados com esta transformação estão ligados ao ritmo intenso das mudanças, que impede uma assimilação das novas reservas simbólicas e do novo modo de vida”.

Nazareth Ferreira observa que “esse processo de modernização tem por objeto a inserção formal destas populações no mercado de consumo de bens materiais e simbólicos”, e que “não é de interesse das elites que comandam a globalização a participação efetiva das classes despossuídas na tomada de decisão sobre o rumo que esta situação venha a seguir, nem as suas conseqüências”.

Ainda de acordo com a professora, “as mudanças em andamento na globalização, propostas pela nova fase de acumulação monopolista do

capital internacional, trouxeram conseqüências graves para a questão cultural, na medida em que esta sofre um processo de transnacionalização sem precedentes na história da humanidade: a expansão das indústrias culturais, a concentração e privatização dos *media*, a expansão e homogeneização das redes de informação, o debilitamento do Estado e do sentido do que é público e privado, são as condições necessárias para garantir a eficiência e racionalidade dos mercados”.

Assim, a questão da globalização, mitificada ou não, panacéia ou não, sugere um amplo caminho de estudos e debates, e, especialmente, muita polêmica – não apenas nos seus aspectos econômicos e sociais, mas também nos seus aspectos culturais. 

*Existe uma certa tendência a valorar negativamente a globalização, que é tratada como uma avalanche que vai passar por cima de tudo. É freqüente encontrar em estudos passados registros de previsões catastróficas sobre determinadas situações culturais, mas que não se realizaram.*

**Teixeira Coelho**

# O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E A INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO

Moreira Mariz/Abril Imagens



*A partir dos anos 80, o mundo passou a acompanhar o boom do tráfico internacional de drogas e o conseqüente consumo. Esse crescimento está intimamente relacionado à crise econômica mundial, e o narcotráfico chega a determinar padrões econômicos nos países produtores de coca, cujos principais produtos de exportação têm sofrido sucessivas quedas em seus preços. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Osvaldo Coggiola mostra que o tráfico internacional movimenta uma cifra anual superior a US\$ 500 bilhões, valor superior ao que gira em torno do comércio de petróleo. O montante de dinheiro envolvido com o narcotráfico é superado apenas pelo tráfico de armamento no mundo, segundo dados do professor da USP.*

O tráfico internacional de drogas cresceu espetacularmente durante os anos 80, até atingir, atualmente, uma cifra anual superior a US\$ 500 bilhões. Esta cifra supera os proventos do comércio internacional de petróleo; o narcotráfico é o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armamento. Estes são índices objetivos da decomposição das relações de produção imperantes: o mercado mundial, expressão mais elevada da produção capitalista, está dominado, primeiro, por um comércio da destruição e, segundo, por um tráfico declaradamente ilegal.

Na base do fenômeno encontra-se a explosão do consumo e a popularização da droga, especialmente nos países capitalistas desenvolvidos, que é outro sintoma da decomposição. O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa estimulada pelo lucro. Na medida em que a sua mercadoria é a autodestruição da pessoa, o consumo expressa a desmoralização de setores inteiros da sociedade. Os setores mais afetados são precisamente os mais golpeados pela falta de perspectivas: a juventude condenada ao desemprego crônico e à falta de esperanças e, no outro exemplo, os filhos das classes abastadas que sentem a decomposição social e moral. O primeiro episódio de consumo maciço de drogas aconteceu durante a mais impopular das guerras protagonizada pela “sociedade opulenta”: a Guerra do

Vietnã. Durante o período dos conflitos, 40% dos soldados norteamericanos consumiam heroína e 80% maconha. Apenas 8% deles continuaram a consumir drogas uma vez de volta “em casa”.

Para se ter uma idéia da pressão que o narcotráfico exerce sobre as economias dos países atrasados, um exemplo basta. A 28 de setembro de 1989, foi feita em Los Angeles a maior apreensão de cocaína já realizada: 21,4 toneladas, cujo preço de venda ao público atingiria US\$ 6 bilhões, uma cifra superior ao PNB de 100 (cem) Estados soberanos. A grande transformação das economias monoprodutoras em narcoprodutoras (e o grande salto do consumo nos EUA e na Europa) se produziu durante os anos 80, quando os preços das matérias-primas despencaram no mercado mundial: açúcar (64%), café (-30%), algodão (-32%), trigo (-17%). A crise econômica mundial exerceu uma pressão formidável em favor da narco-reciclagem das economias agrárias, o que redundou num aumento excepcional da oferta de narcóticos nos países industriais e no mundo todo. Apenas nos últimos anos o tráfico mundial cresceu 400%. As apreensões de carregamentos se multiplicaram por noventa nos últimos quinze anos, ainda assim afetando apenas entre 10 e 20% do comércio mundial.

### Histórico

O tráfico internacional de drogas, em alta escala, começou a desenvolver-se a partir de meados da

década de 70, tendo tido o seu *boom* na década de 80. Esse desenvolvimento está estreitamente ligado à crise econômica mundial. O narcotráfico determina as economias dos países produtores de coca, cujos principais produtos de exportação têm sofrido sucessivas quedas em seus preços (ainda que a maior parte dos lucros não fique nesses países) e, ao mesmo tempo, favorece principalmente o sistema financeiro mundial. “O dinheiro da droga corresponde muito bem à lógica do sistema financeiro, que é eminentemente especulativo. A finança está cada vez mais desvinculada da economia, em nenhum país corresponde ao desenvolvimento econômico real nem tão pouco à produção (...) O sistema financeiro necessita cada vez mais de capital fresco para girar, e os narcodólares são como um capital mágico que se acumula muito rápido e se move velozmente”.

Atualmente, o narcotráfico é um dos negócios mais lucrativos do mundo. Sua rentabilidade se aproxima dos 3.000%. Os custos de produção somam 0,5% e os de transporte gastos com a distribuição (incluindo subornos) 3% em relação ao preço final de venda. De acordo com dados recentes, o quilo de cocaína custa US\$ 2.000 na Colômbia, US\$ 25.000 nos EUA e US\$ 40.000 na Europa.

A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detém o controle da maior parte do tráfico internacional (a pequena parte restante é dividida entre a

Máfia siciliana e a Yakuzá japonesa). A cocaína gera “dependência” não apenas em indivíduos, mas também em grupos econômicos e até mesmo nas economias de alguns países, como por exemplo nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe ou nos principais países produtores –Peru, Bolívia e Colômbia, para citar apenas os casos de maior destaque. Com relação aos três últimos, os dados são impressionantes. Na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US\$ 1,5 bilhão contra US\$ 2,5 bilhões das exportações legais. Na Colômbia, o narcotráfico gera de US\$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais geram US\$ 5,25 bilhões. Nesses países, a corrupção é generalizada. Os narcotraficantes controlam o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e até as unidades encarregadas do combate ao tráfico. Não há setor da sociedade que não tenha ligações com os traficantes, e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes.

No Peru e na Bolívia, parte da produção de coca é legal e destina-se ao consumo tradicional (mastigação das folhas para combater os efeitos da altitude), à indústria (chás e medicamentos) e à exportação (o Peru exporta 700 toneladas de folhas de coca por ano para a Coca-Cola).

O Peru é o maior produtor mundial de coca. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 100 mil camponeses peruanos cultivam 300 mil hectares de coca. Apenas 5% dessa produção é utilizada para fins legais. Com o resto, o tráfico abastece 60% do mercado mun-

dial. Esses camponeses são massacrados, alternadamente, pela guerrilha, pela máfia e pelas tropas de repressão ao tráfico.

### Dependência econômica

Na Bolívia, a dependência em relação ao narcotráfico chega ao extremo. Os traficantes detêm o controle das principais empresas, a corrupção atinge níveis inacreditáveis e, de acordo com a CEPAL, a população desempregada passou de 19% da população ativa em 1985 para 35% no ano seguinte. De cada três bolivianos, um lucra com os derivados do narcotráfico. Há estimativas, que coincidem com os dados da CEPAL, segundo as quais 65% da economia do país pertencem ao setor informal.

A Colômbia especializou-se em transformar a pasta-base produzida por Peru e Bolívia em cocaína e exportá-la para o resto do mundo. Dois grandes cartéis (Cali e Medellín) controlam a maior parte do narcotráfico no país. Entretanto, existem centenas de pequenos traficantes, muitos dos quais roubam a droga dos grandes cartéis. O país está por completo nas mãos dos narcotraficantes. O Congresso e a polícia nacionais disputam o primeiro lugar em grau de corrupção, a até mesmo as campanhas presidenciais são patrocinadas com dinheiro da droga. Cada novo governo colombiano se esforça para repatriar os lucros obtidos com o tráfico internacional de cocaína. Dos cerca de US\$ 16 bilhões anuais obtidos pelos narcotraficantes, apenas entre US\$ 2 e 4 bilhões voltam ao país.

A expansão dessa atividade na América Latina significou a degradação de países inteiros ao simples papel de apêndices do narcotráfico. A coca já representa 75% do PIB boliviano, e 23% de outras nações. Semelhantes porcentagens tornam ridícula a denominação “economia informal”. Os grupos principais das burguesias nacionais realizaram sua reconversão pela “economia do crime”, dominando os recursos dos Estados e monopolizando um acúmulo de riquezas que permitiu aos mafiosos colombianos situarem-se no *ranking* dos multimilionários do mundo. A transformação do mineiro boliviano em cultivador de coca e a substituição das melhores áreas agrícolas por cultivos do insumo básico da droga são determinantes do pavoroso estancamento da economia desse país, que alguns *experts* de Harvard elogiam cinicamente por sua “estabilidade monetária”. Que a coca represente a única saída de sobrevivência para os peruanos desempregados das cidades ou migrantes da desertificação rural é outra evidência do mesmo processo de regressão econômica. Em meio aos assassinatos cotidianos, a Colômbia é uma vitrina por onde se vê o esbanjamento de um grupo de cartéis que, seguindo a tradição das oligarquias latino-americanas, gastam em importações suntuosas um volume de dinheiro que permitiria saldar a dívida externa deste país. Como ocorreu no passado com a borracha, o guano e o açúcar, a monoexportação de coca é mais um episódio da devastação agrária, do empobrecimento campesino e do desperdício rentístico da região.

A “narcoeconomia” não é um âmbito delituoso socialmente homogêneo como apresenta a destorcida propaganda policial-imperialista. O grosso dos camponeses e operários “pisadores” que se vêem forçados a cultivar e processar a coca não só mantêm sua condição de superexplorados como sofrem a renovada pressão do aparato do Estado e dos cartéis, associados em “esquadrões da morte” e em bandos de pistoleiros do latifúndio. Os mesmos beneficiários do tráfico criaram o fantasma do “narcoterrorismo” e da narcoguerrilha” para encobrir sua ação criminal.

### Mercado consumidor

Já foi largamente demonstrado que a oferta de coca latino-ameri-

cana é simplesmente a resposta à demanda dos 40 milhões de consumidores das drogas legais. Se se soma a esta cifra os diversos tipos de psicofármacos aceitos, embora sejam igualmente danosos para a saúde, salta à vista que a “narcoeconomia” satisfaz um mercado incomensuravelmente maior que o alcoolismo e o tabagismo tradicional. A América Latina se degrada ao ver-se obrigada a integrar-se como abastecedora da importante população dos países desenvolvidos que recorre aos excitantes e calmantes artificiais para evadir-se da alienação laboral, da falta de horizontes sociais, ou da destrutiva competição hiperindividualista imposta pelo mercado. O consumo de drogas, que o capitalismo universalizou e massificou em cada

época em grupos sociais e nacionais diferentes, esteve, na década de 80, diretamente associado à extensão da marginalidade, da pobreza e da desocupação. O capitalismo só pode oferecer *crack*, cocaína e heroína aos jovens que não emprega, aos emigrantes que expulsa, às minorias que discrimina ou aos trabalhadores que destrói.

Na América Latina só reingressam entre 2 e 4% dos US\$ 100 bilhões que produzem anualmente as vendas de cocaína nos Estados Unidos. A parte mais lucrativa do negócio é incorporada pelos bancos lavadores e, em menor medida, pelos próprios cartéis, que internacionalizaram a distribuição de seus lucros, seguindo o padrão de fuga de capitais que desenvolveram as burguesias latino-americanas na última

Jorge Rosenberg/Abril Imagens



década. O preço da coca na plantação boliviana é 250 vezes menor que nos EUA. A mesma mercadoria no porto colombiano é cotada 40 vezes menos que nas cidades norte-americanas. Essa impressionante diferença é uma manifestação típica do intercâmbio desigual que governa os preços de todas as matérias-primas latino-americanas.

### Combate americano

Para o principal país consumidor, os EUA, o narcotráfico é, à primeira vista, um grande problema. Bilhões de dólares têm sido gastos na guerra aos traficantes, e igual quantia tem sido perdida em consequência do vício dos cidadãos norte-americanos (gastos com reabilitação, perdas na produção, aumento da criminalidade etc).

Por outro lado, o narcotráfico é de grande utilidade para os EUA, chegando a gerar lucros: “A economia norte-americana vende parte importante dos componentes químicos, recebe cerca de US\$ 240 bilhões, uma parte dos quais se destina a repor capital no mesmo ramo de produção da droga e outra é investida em outros setores da economia ou vai para os bancos”. Os bancos da Flórida são especializados em “lavar” o dinheiro dos narcotraficantes e neles circula mais dinheiro efetivamente do que nos bancos



Gildo Lima/Abril Imagens

*Plantação de maconha na Bahia.*

de todos os demais estados juntos.

Os EUA recorrem ao protecionismo para resguardar seus “narcoprodutores” da competição externa. Utiliza desfolhantes contra o cultivo de marijuana no México, para favorecer seu desenvolvimento na Califórnia; destrói laboratórios de drogas proibidas no Peru e na Bolívia para reforçar o envenenamento legalizado que realizam os monopólios farmacêuticos com estupefacientes substitutivos; luta contra as drogas naturais e processadas em defesa das sintéticas, patenteadas e comercializadas pelos grandes laboratórios; guerreia contra os cultivadores latino-americanos auxiliando seus velhos sócios do sudeste asiático. A repressão extra-econômica ao tráfico é a forma de regular os preços de um mercado potencialmente estável pelo caráter viciante do produto. Com a “guerra ao narcotráfico”, os EUA tratam de salvaguardar suas companhias químicas provedoras de insumos para o processamento, propiciando, em geral, uma “substituição de importações” no grande negócio de destruir a

saúde e a integridade de uma parte da população.

A “narcoeconomia” está afetada pelos mesmos ciclos de superprodução que qualquer outro setor e, por isso, o imperialismo ape-la aos instrumentos clássicos de guerra comercial, buscando bara-

tear a produção local e encarecer a competição latino-americana. É evidente que a militarização recente, com o pretexto de “lutar contra o flagelo da droga”, é um aspecto da recolonização comercial e da chantagem financeira sobre a América Latina. A nova leva de tropas da marinha enviada à região está muito mais relacionada com a Iniciativa das Américas e o Plano Brady do que com o narcotráfico. É inaceitável supor que a invasão do Panamá, o bloqueio naval à Colômbia, a instalação de bases na Bolívia e no Peru, a militarização da fronteira mexicana, a introdução de uma jurisprudência avassaladora da legislação latino-americana estejam motivadas na erradicação do narcotráfico. Busca-se a substituição da “ameaça do comunismo” por um perigo equivalente.

O domínio do comércio de narcóticos foi, desde o século passado, um campo de rivalidades interimperialistas e, por isso, a atitude dos governos estadunidense frente ao problema nunca se baseou em considerações sanitárias, mas nas al-

ternantes necessidades políticas. Isso explica o oscilante predomínio de períodos de tolerância e repressão, permissividade e perseguição, e o tratamento do consumidor como delinqüente ou enfermo.

Na prática, os EUA aumentam sua intervenção na América Latina em defesa de um clã contra outro, ou para arbitrar as sangrentas lutas entre eles. A “narcoeconomia”, longe de ser um submundo alheio à norma capitalista, está rigorosamente organizado de acordo com os parâmetros da “economia de mercado”. Os objetivos das máfias –captura de mercados, monopólio de preços e domínio sobre os segmentos mais lucrativos– são metas tipicamente capitalistas. As economias “subterrâneas” e legalizadas mantêm infinitos vínculos entre si, e a existência de crise num setor se transmite ao outro.

### Envolvimento dos bancos

O papel central da “narcoeconomia” no capitalismo contemporâneo se detecta no peso alcançado pela “lavagem do dinheiro” no sistema financeiro. Todos os bancos de envergadura, desde o Boston até o Crédit Suisse, participam nesta operação. Pelas somas envolvidas, a “lavagem” seria impossível sem a cumplicidade dos banqueiros que intermediam a legalização do dinheiro sujo e a sua conversão em ativos, empresas ou imóveis. Nos últimos anos os bancos criaram paraísos fiscais nos quais se lava, diariamente e à vista de todos, entre US\$ 160 e 400 milhões. Essa associação entre mafiosos e banqueiros

se apóia, em última instância, no sigilo bancário –um princípio intocável para o capitalismo– por ser um pilar da propriedade privada, na confidencialidade dos negócios e na livre disponibilidade do capital.

As denúncias de lavagem, a campanha antidroga e as controvérsias sobre a legalização de certos narcóticos expressam a enorme rivalidade interbancária que existe no negócio da “lavagem”, especialmente entre o tradicional centro suíço e seus competidores do Caribe, Panamá e Uruguai.

Os lucros produzidos pelo narcotráfico de maneira nenhuma enriquecem os países produtores. Nos EUA, calcula-se em 20 milhões o número de consumidores regulares de drogas, que em 1988 gastaram US\$ 150 bilhões. Desse total, entre US\$ 5 e US\$ 10 bilhões foram os lucros dos cartéis produtores na Colômbia. Mas apenas US\$ 1 bilhão foi investido na economia oficial do país. E o restante? Calcula-se que 90% dos lucros do narcotráfico sejam recebidos pelos grandes bancos, por depósitos dos produtores e dos intermediários, e por comissões pela “lavagem” do dinheiro. As medidas tomadas pelas autoridades dos EUA contra as operações bancárias de cumplicidade com os traficantes são risíveis: entre os bancos que sofreram sanções por não terem declarado transações figura o First National Bank of Boston, que expediu para o exterior US\$ 1,2 bilhão em notas pequenas. A comissão de 3% paga pelos traficantes (US\$ 36 milhões) torna irrisória a multa de US\$ 500 mil imposta ao banco. O que se

multa, no caso, é a ilegalidade da operação, não a origem criminosa do dinheiro protegido pelo sacrosanto “sigilo bancário”.

Eis porque a política dos EUA, que ataca apenas os traficantes diretos, não consegue impedir o crescimento do narcotráfico e dos seus lucros. Ao reduzir parcialmente a oferta, deixando intocado o aparato financeiro, só se consegue “um aumento dos lucros, recapitalizando constantemente as redes de produção e distribuição, a ampliação geográfica da produção e a fixação de um piso mínimo para a cocaína”. A repressão da oferta só conseguiu elevar o preço da cocaína pura nos EUA, e pôr em circulação um produto superdegradado para consumo “popular”: o mortal *crack*.

O capital financeiro internacional fica com a parte do leão, o que não impede que os grandes produtores se tornem um fator decisivo na economia de seus países. Na Colômbia, as exportações de cocaína atingem US\$ 50 bilhões, três vezes o PNB. Os narcoempresários investem 45% em propriedades urbanas e rurais, 20% em gado, 15% em comércio e 10% na construção e no lazer. Mas não se conformaram com a riqueza, quiseram também poder. Em 1989 foram reveladas as negociações entre representantes do governo e o Cartel de Medellín. A semilegalidade concedida aos narcotraficantes, a sua aliança com a burguesia e o governo, visam os objetivos mais reacionários: “Os narcotraficantes colombianos aliam-se aos fazendeiros e às forças de segurança de modo a proteger



seus interesses comuns contra os grupos guerrilheiros e contra as crescentes demandas de reforma política e econômica dos setores mais carentes”. O resultado dessa aliança foi a complementação da ação da polícia com a dos “esquadrões da morte”, que, em número de 140, submetem a uma verdadeira tutela terrorista a vida política e social do país.

Na Colômbia, os traficantes estão entrelaçados com a oligarquia tradicional, mediante a compra de terras ou a substituição das culturas agrícolas, o que deu uma saída aos proprietários arruinados pela baixa do preço internacional do café. A desintegração do capitalismo colombiano, golpeado pela crise mundial, faz os traficantes florescerem.

Na Bolívia, a reciclagem narcótica da economia foi diretamente impulsionada pelo Estado militar imposto a partir do final de 1971. O velho narcotráfico boliviano, marginal até então, à diferença do passado, quando seu crescimento dependia da sua capacidade de gerar excedentes, desenvolveu-se graças a dois novos fatores: generosos créditos da banca estatal e privada (milhões de dólares), subsídios e impunidade pelo seu entrosamento com os organismos de repressão ou pelo apadrinhamento oficial. Em 1976, Kissinger viajou secretamente à Bolívia, oferecendo créditos de US\$ 45 milhões para impedir o progresso da cultura de coca. Mas os lucros do tráfico falaram mais alto: os “narcos” chegaram a tomar o poder através do general García Meza.

## Guerra do Ópio

O comércio de drogas esteve vinculado à expansão internacional do capitalismo e também à sua expansão colonial-militar, como testemunha a Guerra do Ópio (1840-1860), resultante da postura da Inglaterra como promotora do tráfico de ópio na China do século XIX, bem como das plantações desse mesmo narcótico em território indiano. A Inglaterra, como é sabido, mas pouco divulgado, auferia lucros exorbitantes da ordem de £ 11 milhões com o tráfico de ópio para a cidade chinesa de Lintim. Ao passo que o volume de comércio de outros produtos não ultrapassava a cifra de £ 6 milhões. Em Cantão, o comércio estrangeiro oficial não chegava a US\$ 7 milhões, mas o comércio paralelo em Lintim atingia a quantia de US\$ 17 milhões. Com este comércio ilegal, empresas inglesas, como foi o caso da Jardine & Matheson, contribuíram para proporcionar uma balança comercial superavitária para a Inglaterra, mesmo que, para tal, fosse necessário o uso de navios armados a fim de manter o contrabando litorâneo. Tudo isso acontecia com a aprovação declarada, e documentalmente registrada, do Parlamento inglês, que por inúmeras vezes manifestou os inconvenientes da interrupção de um negócio tão rentável.

A extraordinária difusão do consumo do ópio na Inglaterra do século XIX, ilustrada literariamente na popular figura do detetive cocainômano Sherlock Holmes, foi um sintoma da crise do colonialis-

mo inglês. Nas palavras de Karl Marx (*O capital*) a idiotice opícea de boa parte da população inglesa era uma vingança da Índia contra o colonizador inglês. Foi o que levou a própria Inglaterra a promover, em 1909, uma conferência internacional, em Xangai, com a participação de treze países (a Opium Commission). O resultado foi a Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia em 1912, visando o controle da produção de drogas narcóticas. Em 1914, os EUA adotaram o Harrison Narcotic Act, proibindo o uso da cocaína e heroína fora de controle médico. Severas penas contra o consumo foram adotadas em convenções internacionais das décadas de 20 e 30. Desde o início, a repressão privilegiou o consumidor.

Com a nova explosão de consumo, uma nova mudança se opera, e, em abril de 1986, o presidente Reagan assina uma Diretiva de Segurança Nacional, definindo o narcotráfico como “ameaça para a segurança nacional”, autorizando as forças armadas dos EUA a participarem da “guerra contra as drogas”. Em 1989, o presidente Bush, numa nova diretiva, ampliou a anterior, com “novas regras de participação” que autorizavam as forças especiais a “acompanhar as forças locais de países hospedeiros no patrulhamento antinarcóticos”. No mesmo ano, cursos “para combater guerrilheiros e narcotraficantes” tiveram início na Escola das Américas de Fort Benning, antigamente sediada no Panamá, vestibular de todos os ditadores latino-americanos.

### Articulação americana

O aspecto mais importante, e menos comentado, da articulação EUA/governos constitucionais latino-americanos versus tráfico de drogas, é a criação de uma inédita jurisprudência avassaladora da soberania nacional da América Latina. O tratado de extradição com a Colômbia se enquadra nessa categoria, assim como a decisão de fevereiro de 1990, da Suprema Corte dos EUA (perseguição e captura de estrangeiros pelas forças dos EUA, dentro e fora do país, não estão sujeitas à Quarta Emenda da Constituição dos EUA), que abriu as portas a intervenções ilimitadas, como a da polícia antidroga dos EUA (DEA), seqüestrando o presumido traficante Álvarez Machain, no México, ou o exército capturando Noriega, no Panamá. Os EUA estabeleceram unilateralmente nada menos do que a sua superioridade jurídica perante os países latino-americanos e do mundo inteiro.

Que esta jurisprudência nada mais é do que a ante-sala da intervenção militar direta fica provado pelos exemplos anteriormente citados e também pela crescente militarização da fronteira dos EUA com o México. A droga é o pretexto para esse objetivo: “Se os EUA tivessem vontade política de combater o narcotráfico poderiam exercer um severo controle das exportações de produtos químicos para fabricação da PBC (Pasta de Base da Cocaína), que provém da Shell e da Mobil Oil,

como constatou a própria DEA (The Miami Herald, edição de 8 de fevereiro de 1990); agir contra os bancos norte-americanos que lavam os narcodólares; e estender um cordão de radares e barcos para impedir a entrada da droga, em vez de fazer isso nos países da América do Sul”. Ou, como se perguntam dois *experts* norte-americanos: “Por que não se faz a guerra também contra os países produtores de ópio e heroína, que consomem nos EUA 50% dos gastos totais em drogas? Por que

*Estamos diante de uma vasta operação política que visa, sob pretexto de repressão ao tráfico de drogas, acabar com a independência nacional dos países atrasados e reforçar a direitização do Estado capitalista nos EUA.*

não fazê-la contra os produtores californianos de maconha, que, depois de substituir a Colômbia no primeiro lugar do fornecimento dessa droga, colocaram os EUA entre os três primeiros produtores mundiais? Estatísticas oficiais mostram que a produção de maconha nos EUA dobrou nos últimos dois anos, expandindo-se 38% só em 1988”.

O enfoque apontado também prevalece nos documentos oficiais dos EUA no que diz respeito aos problemas internos: “A lei dos EUA tem que ser reforçada, reduzindo os benefícios para os traficantes e aumentando os riscos para os consumidores. Os EUA podem criar um

modelo tanto para a redução da demanda quanto para o reforço do sistema judicial”. Mas o enfoque baseado na repressão do consumo e da oferta é inútil por definição: os países latino-americanos produziram entre 162 mil e 211,4 mil toneladas de cocaína em 1987. Isso é cinco vezes o necessário para abastecer o mercado dos EUA, que só conseguiu apreender entre 10 e 15% da cocaína enviada. Esse enfoque serve apenas para reforçar o controle da população pelo Estado, e para manipulações com objetivos políticos reacionários, cujo alcance a remoção do prefeito negro de Washington, Marion Barry, só exemplificou.

Estamos, portanto, diante de uma vasta operação política que visa, sob pretexto de repressão ao tráfico de drogas, acabar com a independência nacional dos países atrasados e reforçar a direitização do Estado capitalista nos EUA.

Incapaz de cortar a “oferta”, o que exigiria atacar a fundo o direito de propriedade (sigilo bancário), o capitalismo em decomposição é mais impotente ainda para enfrentar a demanda, já que é absolutamente incapaz de abrir uma via progressiva para o desenvolvimento social.

O fim da droga é insolúvel diante do capitalismo. Somente a expropriação do capital, a liquidação do Estado burguês e a abertura de perspectivas libertadoras e progressistas para a humanidade, vale dizer, somente com a revolução socialista, o flagelo da droga poderá ser extirpado pela raiz. RA

# O DRAMA DA PREVIDÊNCIA

## AJUSTAR PARA GANHAR TEMPO E PRIVATIZAR

Ruy Brito

**A** proposta governamental com o alegado propósito de reformar o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Especiais dos servidores públicos, civis e militares, persegue, na realidade, apenas dois objetivos –um deles não assumido oficialmente: é como “o amor que não ousa confessar seu nome”.

O primeiro consiste em um ajuste fiscal com duas faces. Em uma, o aumento das taxas de contribuição e a imposição de novos tributos. Na outra, a extinção de alguns e a restrição a outros benefícios pelos quais, no RGPS, os aposentados e os segurados ativos já pagaram, estão pagando e vão continuar a pagar. Seus efeitos para o equilíbrio da previdência serão de curta duração, a exemplo dos ajustes anteriores. Como reforma, será mais um fracasso, previsto com antecedência.

O segundo, não assumido, antes negado, é o de criar as condições políticas, favorecidas pelo fracasso do primeiro, para a privatização de todos os Regimes, transformando-os em um negócio lucrativo como pretendem, há muitos anos, bancos, seguradoras e empresas que exploram a previdência complementar e os planos de saúde. Entre as medidas com essa finalidade (de privatizar), as mais evidentes são:

- a permanência do regime de repartição na previdência pública, mantendo-a instável financeiramente, portanto, incapaz de conservar estáveis as taxas de contribuição impostas aos segurados e de contribuir para a formação da poupança interna, o que só é possível no regime de capitalização, preservado apenas na previdência complementar, onde se pretende privilegiar os fundos mantidos por empresas privadas e os administrados comercialmente pelas empresas insta-

ladas na previdência. Sob o enfoque da gestão financeira (salvo motivação política não confessada) não há nenhuma justificativa que explique a adoção de regimes tão diferentes para a previdência básica pública e para a complementar privada, pois, a longo prazo, os encargos de ambas são idênticos: uma é complementar da outra;

- as restrições unilaterais impostas aos fundos de pensões dos entes estatais, como se os mantidos por empresas privadas, muito mais generosos, não fossem financiados pelos contribuintes, através do Tesouro Nacional;

- a supressão do § 7º do artigo 201 da Constituição, que autoriza a previdência pública a instituir seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo; e

- o envio recente ao Congresso do projeto que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) e o Plano de Incentivo a Aposentadoria Programada Individual, como investimento de risco, administrado por bancos e seguradoras, cópia incompleta do modelo mercantilista do Chile. Fato que confirma revelações feitas a empresários por autoridades da área econômica. Uma do ministro da Fazenda, Pedro Malan, em Santiago do Chile: “O governo brasileiro tem a intenção de privatizar o sistema elétrico, a indústria petroquímica, a previdência...” (in: *Gazeta do Povo*, de Curitiba, 11.05.95); a outra, do ex-ministro do Planejamento, José Serra, no seminário “Brasil 2000”, promovido em São Paulo pela *Revista Exame*, considerando “necessário existir uma possibilidade constitucional de privatizar a Previdência e que o projeto de reforma enviado pelo governo ao Congresso previa isso”. (in: *Gazeta do Povo*, de 31.05.96.)

Apenas isso. Não é reforma. É um engodo.

De outro lado, o substitutivo aprovado em primeira discussão na Câmara Federal, além de ser inoperante como solução porque acolhe, sem mudanças substantivas, a concepção e os objetivos da proposta governamental, ainda devolve às seguradoras privadas o seguro de acidentes do trabalho, como se ignorasse que a incorporação desse seguro à previdência, nos anos 60, não fosse o resultado das fraudes e irregularidades cometidas costumeiramente pelas seguradoras. As quais, à época, em vez de serem punidas exemplarmente, foram recompensadas com a criação

do seguro obrigatório de danos pessoais causados por acidentes de trânsito.

Com essa concepção, não solucionará nenhum dos graves problemas daqueles Regimes, especialmente os dos servidores públicos, cuja situação é dramática.

### Regime Geral

É consensual a constatação de que o desequilíbrio crescente entre a receita e os encargos do RGPS se situa em especial a) no não recolhimento das contribuições devidas pela União, Estados, municípios e por uma minoria empresarial (que não recolhe suas contribuições, e se apropria das descontadas de seus empregados); b) na demagógica criação de benefícios sem cobertura financeira; c) na dilapidação das reservas técnicas formadas na vigência do regime financeiro de capitalização; d) na sonegação, que reduz em mais de 40% a receita contributiva; e) no “arrocho salarial” da redução deliberada dos salários reais que reduziu, na mesma proporção, a receita contributiva; f) nas costumeiras anistias aos empresários faltosos, estimulando a inadimplência e a prática dos crimes de sonegação e de apropriação indébita; e g) na aplicação indevida e no desvio de fabulosas quantias da receita contributiva para pagamento dos encargos previdenciários da União-EPU.

No mesmo passo, a progressiva inviabilização do RGPS tem como causas bastante conhecidas 1) a gestão estatal, caracterizada pela descontinuidade administrativa, pela incompetência gerencial, pelo autoritarismo, pela centralização incompatível com a descentralização do Estado federativo; pela corrupção generalizada, pelo empreguismo, pelo tráfico de influência, pela manipulação político-partidária e pela submissão aos grupos privados infiltrados no aparelho do Estado, em uma relação promíscua entre a administração da *res publica* e a promoção dos interesses empresariais que exploram, sem riscos, com fins lucrativos, planos de previdência complementar; e 2) a desastrosa unificação dos IAP's (o erro intencional do século) que criou um órgão gigantesco, incontrolável e inadministrável, vulnerável, por isso mesmo, a todas as formas conhecidas e imagináveis de fraudes.

Na raiz da crise generalizada está a desestruturação da administração pública ocasionada pela utilização do Poder Público para aumentar a fatia de renda dos grupos dominantes, incapacitando o Estado para o cumprimento de suas funções de atendimento das necessidades básicas dos demais segmentos sociais nas áreas de seguridade, educação, saneamento, segurança etc. Nesse contexto, parcelas elevadas dos limitados recursos públicos disponíveis são aplicadas sob a forma de subsídios e incentivos fiscais às empresas, inclusive às estatais estrangeiras; pagamento dos serviços das dívidas interna (ciranda financeira) e externa, de composição nebulosa e suspeita; e de transferência para o tesouro nacional dos gastos patronais com os planos de previdência complementar, de assistência médico-hospitalar e de seguros, que beneficiam também dirigentes empresariais (vide Lei 9.249/95), agravando o que já é a mais iníqua concentração de renda do mundo.

Como se vê, não fracassou o Plano de Benefícios, fracassou a gestão financeira e a gestão estatal centralizada e autoritária; prostituiu-se, como era previsível, o deformado sistema que tem, em uma ponta, o Estado arrecadando contribuições e, na outra, grupos privados mercantis como destinatários privilegiados dos recursos compulsoriamente arrecadados.

Mas, em vez de medidas para arrecadar a receita prevista no plano de custeio, o aumento das taxas de contribuição e a criação de novos tributos; em vez de democratizar e descentralizar a gestão, a supressão e a restrição de benefícios; em vez de uma reforma saneadora, uma manobra sub-reptícia para privatizar, mercantilizando a previdência pública.

Dessa forma, pode-se mudar tudo o que se quiser mudar e todos os sacrifícios serão em vão. A previdência pública estará inviabilizada em pouco tempo.

### **Regimes especiais**

Constitucionalmente não integram a Previdência Social. Situam-se no Título da Organização do Estado, nos Capítulos da Administração Pública, do Judiciário e do Ministério Público. Diferem, ainda, do RGPS, em relação aos planos de benefícios.

Na União existem dois regimes especiais: o dos

servidores civis, com dispositivos especiais para os membros do Judiciário e do Ministério Público; e o dos servidores militares. Nos Estados e municípios, os regimes especiais são definidos nas respectivas Constituições e disciplinados por leis diferentes, com base nos diferentes regimes jurídicos e planos de carreira, do que resultam diferentes formas de contribuições e planos de benefícios.

Seus segurados só passaram a contribuir para o benefício da aposentadoria a partir da Constituição de 1988, sendo que em alguns Estados ainda não contribuem.

Para os servidores federais a contribuição foi fixada entre 9 e 12%, sem teto, mas o governo pretende lhes impor um teto para o valor dos benefícios, o que é uma contradição. Pois, se não há teto para a contribuição, não pode haver teto para o valor dos benefícios.

A crise de tais regimes, dependentes financeiramente do erário, está relacionada com a desestruturação da administração pública e a situação pré-falimentar das finanças estaduais e municipais. Só poderá ser solucionada (sem violação da Constituição e das leis) no longo prazo, quando cessarem os efeitos do descompasso entre receita e despesa, desde que as distorções sejam corrigidas de imediato.

Em uma reforma, a unificação das diferentes legislações (da União, Estados e municípios) seria pré-condição insubstituível para a sua posterior unificação com o RGPS e a instituição de um regime único de Previdência para o setor público e o privado, com uma só legislação de Previdência complementar, posto que “reforma não pode significar apenas a supressão dos direitos de alguns e a preservação dos privilégios de outros”.

Sem essas medidas não haverá reforma (como não há). E a promessa de unificar para acabar com os privilégios não passará de uma falácia, como a proposta governamental, que não unifica, pois mantém o RGPS e os regimes especiais, com diferentes planos de benefícios, enquanto o governo desloca para a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas (Lei 9.249, sancionada em 26.12.95) os privilégios da Previdência complementar dos grandes empresários para que não sejam questionados nos debates da Previdência.

### Reforma sem base técnica

Pela primeira vez na história da Previdência um projeto de sua reforma chegou ao Congresso sem nenhum estudo técnico de viabilidade das propostas apresentadas. O que, se não é uma farsa, é a ingênua pretensão de reformar o desconhecido. Ouça-se, a propósito, a explicação do ministro da Previdência: “- Não sei qual é o impacto das medidas. Só sei que do jeito que está não pode ficar. Confio na minha intuição”. (in: Veja, de 21.2.96.)

Só em virtude de pedido de informações da Subcomissão Especial para Assuntos de Previdência Social, da Câmara dos Deputados, o MPAS encomendou estudos de projeções financeiro-atuariais (o que é insuficiente), apenas para o RGPS, conforme revela a introdução do respectivo relatório: “O Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, tendo em vista a necessidade de subsidiar o processo de discussão sobre a proposta de reforma já enviada ao Congresso, realizou projeções financeiro atuariais...” “O sistema previdenciário brasileiro abrange diferentes regi-

mes de Previdência tais como o dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, dos magistrados, dos parlamentares, etc., além do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A presente pesquisa abrange apenas as projeções financeiro-atuariais referentes a este último”. Suas projeções “devem ser entendidas como prováveis cenários e não como previsões de comportamento futuro da situação econômico-financeira do Regime Geral de Previdência Social”.

Leia-se a seguinte revelação da revista *Veja*, ed. cit.

“Uma explicação para a falta de dados está num documento reservado do Ministério da Previdência a que *Veja* teve acesso. A Previdência não sabe quem são os seus segurados, não sabe quem são os seus beneficiários, não sabe quem são os seus contribuintes,

não sabe se o que recebeu deveria de fato receber, não sabe se o que entrou no caixa é o que foi pago efetivamente pelos contribuintes, não sabe se o que pagou é o que deveria de fato ter pago”.

### Cobiça pelos bilhões

Nos países capitalistas civilizados, o seguro social básico é público, coordenado e fiscalizado pelo Estado, mas administrado de forma descentralizada por entidades representativas dos beneficiários. A razão de ser assim é ética. Fundamenta-se no princípio de que a cobertura dos riscos sociais (que afetam mais os mais pobres) não deve ser explorada com fins lucrativos, e por ser de natureza contributiva deve ser administrada pelos que pagam.

A experiência brasileira confirma esse fundamento ético. Veja-se o que aconteceu com os sócios do Montepio Nacional dos Bancários e do Montepio da Família Militar, após a falência dessas instituições; veja-se o que vem acontecendo, após o desmanche da assistência médico-hospitalar pública, com a assis-

tência médica das empresas de medicina privada, que fazem o que querem, desde a propaganda enganosa ao reajuste arbitrário das mensalidades, passando por uma assistência não raro como a da Clínica Santa Genoveva, do Rio de Janeiro, e a da Clínica de Hemodiálise de Caruaru, ambas com fins lucrativos; veja-se o apodrecimento da Previdência administrada de forma autoritária, sem a participação dos segurados contribuintes. Como sempre, deve haver exceções que confirmem a regra.

Apesar de tão notória experiência, a conivente falta de memória histórica dos governantes facilita a ação dos poderosos interessados em transformar a previdência em um balcão de negócios.

O interesse das seguradoras pela aprovação da proposta governamental foi revelado em artigo de co-

*Pela primeira vez na história da Previdência um projeto de sua reforma chegou ao Congresso sem nenhum estudo técnico de viabilidade das propostas apresentadas. O que, se não é uma farsa, é a ingênua pretensão de reformar o desconhecido.*

nhecido consultor de seguros e diretor do Centro de Comércio do Estado de São Paulo (in: *O Estado de S. Paulo*, de 27.3.95. Ei-lo:

“Com o recente envio pelo Governo Federal de sua proposta de reforma da Previdência Social para o Congresso, iniciou-se o processo responsável pela criação da maior fonte de financiamento de longo prazo já vista no Brasil. A reforma da Previdência pode significar para a atividade seguradora nacional e para a nação como um todo, já que seguradoras eficientes e capitalizadas são uma das ferramentas mais efetivas que existem para a distribuição de renda e geração de emprego. Projetos como a quebra do monopólio do resseguro do Instituto de Resseguros do Brasil, a implantação de controles das margens de solvência das seguradoras e a abertura do mercado segurador brasileiro para as companhias estrangeiras não podem ser interrompidos e precisam estar perfeitamente definidos antes que o Congresso Nacional aprove as mudanças que criarão poupanças compulsórias destinadas a injetar algo próximo de US\$ 30 bilhões para financiar as atividades produtivas do país”.

Leia-se, a propósito, esta notícia publicada no *Estado de S. Paulo*, de 27.11.94:

“Grupo liderado pelo Banco Icatu, incluindo o Bradesco e o Bamerindus, do senador José Eduardo Andrade Vieira, encaminhou a Cardoso a proposta que adota o modelo chileno e deixa as aposentadorias com as seguradoras privadas, sem interferência do poder público. O *lobby* em torno da previdência explica-se pelo valor das cifras envolvidas. Se bem administrado, o negócio pode render milhões às instituições financeiras.

### Origem da proposta governamental

O deputado federal Reinhold Stephanes, atual titular do MPAS, apresentou, na legislatura passada, quando da primeira tentativa de revisão constitucional, os projetos nºs PRE 1979-1, 1974-2, 8690-9, 1976-0, 1977-3, 1988-1, 8929-2 e 11412-8, restringindo direitos constitucionais de natureza previdenciária, extinguindo a preferência das entidades filantrópicas e das sem fins lucrativos na participação complementar do sistema único de saúde e suprimindo a proibição de subvenção do Poder Público a entidades de saúde privada com fins lucrativos.

Pois bem. A proposta governamental é originária daqueles projetos, à época não aprovados. Da qual, além de algumas modificações formais, foram retirados os dispositivos que pretendiam mais ostensivamente beneficiar as empresas de saúde.

Mais: são conhecidas as ligações do ministro da Previdência com os grupos privados que operam planos de saúde com fins lucrativos. Ao prestar conta dos financiamentos recebidos em sua campanha de reeleição à Câmara dos Deputados, S. Exa. possibilitou a identificação de alguns de seus patrocinadores, dentre os quais bancos e empresas que operam planos de medicina privada. Ei-los: Paraná Banco; Real Banco S/A; Cia. Real de Investimento; SL S/A Assistência Médico-Hospitalar; Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda; São Camilo Assistência Médica S/A; SAMP - Assistência Médica S/A; Oswaldo Cruz Assistência Médica; Interclínica Assistência Médica; Banco Itaú S/A; Intermédica Assistência de Saúde Ltda; Clinihauer Ltda.; e Banco Araucária S/A.

Essa origem esclarece por que a fonte de inspiração da proposta governamental é de natureza fiscal, exclusivamente econômica e de promoção dos interesses empresariais; por que não considera em primeiro lugar os superiores interesses dos segurados e da sociedade; por que condiciona o bem-estar dos contribuintes ao lucro dos bancos, seguradoras e empresas de medicina privada.

O que é de extrema gravidade em um país como o Brasil, onde o Estado está privatizado e não criou instituições independentes contra os abusos do poder econômico; a sociedade não está suficientemente organizada e a consciência dos direitos de cidadania não está amadurecida.

Tais são os motivos que nos levam a reafirmar o que temos dito em outras oportunidades. Como está, a proposta governamental deve ser firmemente combatida pelos trabalhadores por ser nociva ao interesse da sociedade. Como está, ela não serve ao Brasil de hoje nem ao de amanhã e, se aprovada, levará a Previdência Social a um impasse de conseqüências imprevisíveis em um futuro não muito distante.

---

*Ruy Brito foi presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e é membro do Comitê Confederal da CMT.*

# UM OUTRO OLHAR SOBRE O PROÁLCOOL

Fernando Ferro

Cláudio Rossi/Abril Imagens





O Programa Nacional do Álcool, Proálcool, um investimento que consumiu R\$ 11 bilhões, bem que poderia ser incluído na lista das “obras inacabadas” deste país. O certo é que esta iniciativa apresenta um quadro de difícil sustentação – nos moldes como se mantém hoje o Proálcool é indefensável.

Implantado em 1975, o Proálcool nunca chegou a ser um projeto econômico. Não é de estranhar que tenha acumulado uma dívida de R\$ 9 bilhões. O Programa deve R\$ 4 bilhões ao setor financeiro e R\$ 5 bilhões à Petrobrás (Conta Álcool).

Esta atividade industrial é responsável atualmente pela geração de 1 milhão de empregos no corte da cana e nas instalações das usinas. A produção anual – 12 bilhões de litros de álcool – não atende, porém, a demanda interna do país; ainda temos que importar 2 bilhões de litros/ano de álcool e metanol. O álcool movimenta hoje uma frota de 4,5 milhões de veículos. O combustível tem uma poderosa virtude ambiental: é menos poluente que a gasolina.

Todos esses fatores – o conjunto de virtudes e defeitos do Programa – exigem uma reflexão criteriosa e responsável sobre sua continuidade ou não.

No debate sobre o Programa geralmente são relegados os trabalhadores do setor sucro-alcooleiro.

Exclusão injustificável uma vez que são eles os responsáveis pelos processos de produção que geram o lucro das empresas.

Além disso, os mais tristes e vergonhosos indicadores sociais do país se encontram entre os trabalhadores das usinas e destilarias. A taxa de analfabetismo é de 74,8% para os homens e 77,6% para as mulheres; a taxa de mortalidade infantil é de 124 por mil nascidos vivos; expectativa de vida é das mais baixas do país.

***Crianças são condenadas ao trabalho nas lavouras de cana. São crianças sem futuro, porque vivem nos canaviais, cortando cana, sem possibilidade de melhores dias. Ali elas perdem a graça, os sonhos e a vida.***

O quadro é nacional, mas é no Nordeste que ele se torna mais degradante. A família média do trabalhador da cana-de-açúcar é composta de até sete pessoas, a renda média familiar é de R\$ 165,00. Em diversas propriedades ainda vigoram relações feudais entre empresário e trabalhador: não se assina carteira de trabalho; não se respeitam leis trabalhistas; permanece firme o “barracão” da usina, que secretamente aprisiona o trabalhador, responsável pela permuta do seu salário miserável por dívidas que nunca se pagam.

## Trabalho infantil

Além dessa violência ocorre uma outra, um genocídio: crianças são condenadas ao trabalho nas lavouras de cana. São crianças sem futuro, porque vivem nos canaviais, cortando cana, sem possibilidade de melhores dias. Ali elas perdem a graça, os sonhos e a vida.

No estado de São Paulo, conforme o IBGE, eram 57 mil crianças em 1990 trabalhando na atividade considerada pelos médicos como a mais penosa das praticadas na lavoura. De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas (Fetagal), 50 mil crianças, entre 6 e 13 anos, trabalham no corte de cana no estado.

Segundo pesquisa recente realizada pelo Centro Josué de Castro, do Recife, 26% da mão-de-obra trabalhadora de cana na zona da mata são crianças e adolescentes. Nas escolas deste

país deveria ser dito: criança, não verás país como este, onde se humilham e se trucidam jovens para fazer o açúcar do brigadeiro, do bolo de chocolate, dos refrigerantes, das festas que estes nunca conhecerão.

A maior parte das crianças é encaminhada para esse moinho de gente pequena pelos próprios pais. Estes usam-nas para complementar os miseráveis salários que recebem da usina e destilaria. Do total de crianças em atividade, cerca de 40% trabalham sem remuneração, pois “ajudam” pais ou parentes; 59% não têm acesso à escola em

virtude da jornada de trabalho. As que conseguem chegar à sala de aula apresentam grande dificuldade de aprendizagem resultante do cansaço e má alimentação.

Debater o Proálcool significa, principalmente, buscar transformar esta realidade. Paralelamente, não ser conivente com as políticas de saques aos cofres públicos que secularmente têm sustentado usineiros inadimplentes, um bando de espertalhões que entendem as finanças públicas como uma extensão dos cofres particulares. É importante alertar para o discurso oportunista, hipócrita e cínico dessas elites, que chantageiam a sociedade usando o quadro social e a ameaça de uma explosão popular para conseguir mais recursos do Tesouro. Não lhes basta o que já conseguiram no passado. Para cobrir seus débitos junto aos bancos, não têm vergonha de utilizar as vítimas de sua ganância –usando em benefício próprio aqueles que sempre foram explorados como trabalhadores.

### Renda mínima

Ao reconhecer a importância estratégica e ambiental do Proálcool e crer na sua viabilidade social, através de Projeto de Lei, estamos propondo a criação de um programa que garanta a renda mínima para o trabalhador da cana-de-açúcar. Poderemos construir uma fonte de financiamento para o projeto a partir do chamado imposto ou taxa ambiental, cobrado do preço da gasolina, desde

que adotemos, concomitantemente com esta iniciativa, um Programa de Renda Mínima (PRM). Este seria direcionado para complementar a renda familiar do trabalhador do setor. Para ter direito ao salário previsto no PRM ele teria que matricular e manter seus filhos na escola. O Programa seria custeado por contribuições do imposto ambiental com os recursos arrecadados do Programa de Assistência Social (PAS), previsto pela Lei 4.870/65, artigos 36 e 37, para atender o trabalhador da

*Se tecnologicamente o Proálcool se constitui referência internacional, fazendo com que Nações do Primeiro Mundo estejam nos procurando para conhecer nossa experiência, é preciso, também, que sejamos modelo na questão trabalhista.*

cana-de-açúcar. Ainda com estas fontes seria criado um fundo público, desvinculado da Petrobrás e dos usineiros, para subsidiar a pesquisa de energias alternativas e novas fontes.

A lei estabelece que os produtores são obrigados a depositar no PAS, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, 1% sobre o saco de açúcar, 1% sobre a tonelada de cana, 2% sobre o litro de álcool. O fundo criado com esses recursos deve ser aplicado em assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social. Levantamento feito pela

Associação das Indústrias de Açúcar e do Alcool de São Paulo (IAA) revela que só no período 1992/96 o Brasil produziu 912,1 milhões de toneladas de cana; no mesmo período produziu 48,4 milhões de metros cúbicos de álcool. Isto mostra que só com açúcar e álcool o PAS deve ter capitalizado mais de R\$ 4,6 bilhões –aproximadamente o que o governo deu para salvar o Banco Nacional. Quanto rende por ano o PAS? Só em 1995 o PAS deve ter recebido, da produção de álcool e cana, R\$ 890,4 milhões.

Além dessa iniciativa, propomos que parte das terras dos usineiros que se mostram inadequadas para o cultivo da cana sejam destinadas à Reforma Agrária. Igualmente, com o mesmo fim, propomos uma negociação das dívidas dos usineiros e proprietários de terras com as instituições financeiras do governo.

Fora destas bases não há como defender um programa para o álcool brasileiro. Se tecnologicamente o Proálcool constitui referência internacional, fazendo com que nações do Primeiro Mundo estejam nos procurando para conhecer nossa experiência, é preciso, também, que sejamos modelo na questão trabalhista. Ou adotamos mudanças radicais nesse programa, eliminando a vergonhosa situação de moinho de crianças, ou não tem sentido mantê-lo, exibindo esse passado tão sujo quanto o vinhoto que algumas usinas ainda jogam nos rios.

*Fernando Ferro é Deputado Federal pelo PT de Pernambuco.*

# A FAVOR DE MAIS ÉDIPOS

Marcos A. da Silva

A apresentação simultânea de dois *Édipo-Rei* em São Paulo, em diferentes salas do Centro Cultural Vergueiro, entre janeiro e abril de 1996, foi boa oportunidade para se pensar pluralmente sobre o grande texto de Sófocles e algumas de suas possíveis leituras cênicas contemporâneas.

Aparentemente, as montagens seguiram caminhos díspares: Paulo de Moraes e a Armazém Companhia de Teatro assumiram os signos mais visíveis de uma encenação de tragédia clássica, dos figurinos à inclusão de canto em grego, sem esquecer a preservação do título mais conhecido no Ocidente –que perde o original tirano; Renato Borghi e o Grupo de Teatro Promíscuo anunciaram muito claramente a liberdade na montagem de seu *Édipo de Tabas*, que chegou a sugerir total separação do ponto de partida grego ao en-

fatizar mais que explícitas articulações com referenciais brasileiros de hoje –índios desculturados, corrupção, miséria, figuras da política e da cultura de massas, como Collor de Melo, pastores e fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus etc.

Comentar as duas montagens é reafirmar a legitimidade desses e de outros caminhos: nada mais danoso para uma encenação de texto clássico que a submissão fantasmagórica à “autoridade original”, auto-aniquilamento da leitura atual. Os clássicos sobrevivem através de interpretações –e a tradução, com inevitáveis mudanças de ritmos, rimas e outras sonoridades e significações, não é a menor delas. Dos romanos aos elisabetanos, passando pelos franceses do século XVIII e pelos diferentes modernos do século XX, evocar o trágico é também pensar sobre o hoje de cada intérprete, sem renunciar à força inicial de seus inventores.

As oposições entre escolhas de direção de Borghi e Moraes foram menos absolutas que o anunciado. Muito visivelmente, suas montagens já se aproximaram através de articulações com a leitura da tragédia por Sêneca, incluindo coincidentes interpretações do autor romano como representativo de suposto “naturalismo” em suas descrições de peste ou no desfecho da narrativa.

Por que essa busca do “naturalista”? Uma resposta pode estar na onipresença de entranhas descarnadas e membros decepados nos engraçadíssimos filmes de ficção científica, horror e policiais recentes, mesclada à força da propaganda televisiva ou em *out-doors*, com seus detalhes fotográficos, mais um pouco de boutiques pornô e sua parafernália material de filmes, revistas e objetos –pense-se no furor uterino da Jocasta dirigida por Moraes e interpretada pela talentosa Patrícia Selonk, expresso em contorções pélvicas, esgares da máscara facial e gemidos. Outra explicação para o fenômeno pode residir na pretensão de escapar do mito antigo através da “verdade das coisas”, esse outro mito cientificista muito moderno e forte, ao menos desde o século XIX.

Qualquer que seja o motivo, é preciso reafirmar o direito e a inevitabilidade da interpretação no ato de colocar um clássico em cena.

A montagem de Moraes se apoiou em tradução de Maurício A. Mendonça, a partir de versões para várias línguas (português, espanhol, francês e italiano). O resultado geral soa interessante, embora não fique clara sua superioridade em relação a outras traduções disponíveis em português. Borghi assume o caráter híbrido do texto (traduzido por Christiane Esteves) que lhe serviu de base. Muito claramente, extensos trechos da tradução de Geir Campos para a escrita de Sófocles foram utilizados por Esteves, sem citação dessa fonte.

Moraes optou por um espetáculo em palco italiano, com cenário parcialmente móvel –grande estrutura com rodas, que se desloca na profundidade do palco para, no desfecho, mudando de eixo, se transformar num labirinto por onde Édipo e Jocasta desfilam seu sofrer. O encontro entre mitos (Édipo, labirinto) é uma bonita idéia, pouco explorada no conjunto da montagem, ficando aquém da igualmente bela referência ao grupo de Lacoonte no duelo verbal entre

Édipo e Tirésias. O interessante painel que serviu de fundo para o cenário foi pouco realçado, apesar de sua capacidade sugestiva quanto a sangue e útero.

Já Borghi desenvolveu intensa homenagem ao Teatro Oficina, onde atuou por muitos anos, e a José Celso Martinez Corrêa, diretor e sustentáculo daquele grupo. *Édipo de Tabas* faz referências explícitas a *O Rei da Vela* (bandeira do Brasil em trajes e adereços, paródia) e a *Gracias, Señor* (perambulação com o público, clima ritualístico –apesar do naturalismo procurado em Sêneca), além do mais recente *Hamlet* (o entrelaçamento clássico/atualidade brasileira, sob o signo da paródia –Collor também servira de referência para essa montagem da Uzyna Uzona, atual designação do Oficina), incluindo o trabalho com os elementos água, fogo, terra. Certamente, a capacidade de Corrêa para construir climas poéticos muito fortes em meio àquelas tensões não foi continuada por Borghi, o que é lamentável enquanto perda de sutilezas e caminhos.

Nessa perspectiva, *Édipo de Tabas* trabalhou com múltiplos espaços cênicos, donde ser difícil falar num “cenário” em sentido convencional: há referências a etapas narrativas do texto –escadaria e aposentos do palácio real–, ao mesmo tempo em que se explorava o imediato (corredores do Centro Cultural Vergueiro, trânsito da Avenida 23 de Maio, feira e camelódromo). Através do cortejo inicial, a peça adotou o comover em sentido literal –mover-se junto.

Anunciou-se, reiteradamente, a intenção interativa da montagem, com insistência sobre a possibilidade do público interferir em seu desfecho, parodiando-se, ao mesmo tempo, chavões da indústria cultural. Oportunidades de interação, todavia, foram perdidas ou mal-aproveitadas pelo grupo: na perambulação que serve de prólogo à montagem, Borghi começou a cantar *Não tenho lágrimas*, de Max Bulhões e Milton Oliveira, e conseguiu boa adesão dos presentes, interrompendo a canção para que a etapa seguinte do trabalho fosse cumprida; o convite à participação de espectadores em cenas, como na invocação dos deuses, findou reduzido a constrangedor aspecto de retórica figuração televisiva (Gugu Liberato, Faustão, Jô Soares), sem verdadeira ação dos que receberam a persona de uma ou outra divindade.

As imagens do Brasil, sob o signo de paródia, enfatizaram excessivamente certos chavões: São Jorge, Nossa Senhora Aparecida, batucada, índios, capacete de Fórmula 1, bola de futebol... Sem pretender diminuir o peso dessas referências, vale lembrar outros brasis menos visíveis, que capacetes de trabalhadores e calçados baratos introduziram no *Édipo de Tabas*.

Os diferentes caminhos de montagem implicaram, naturalmente, estilos de interpretação diversificados.

Moraes investiu especialmente no desempenho e na caracterização dos dois protagonistas, o que se observa desde o visual (o saiote de Édipo bem articulado a uma camisa sem mangas, que realça realeza e virilidade; o decote de Jocasta, permitindo a visão dos maduros seios), passando pelo ensaio de uma poética dos pés pelo ator Marcos Martins, que incluiu significativos tropeços e giros sobre o próprio corpo, e pela intensa (talvez excessiva) presença em cena de Selonk - no último caso, falas do coro foram desviadas para Jocasta, com resultados duvidosos, como se observa no debate com Tirésias, quando a rainha, incoerentemente, parece vitoriosa! Acrescente-se a isso a maior eficácia do trabalho vocal de Selonk quando feito em surdina: os repetidos urros da atriz diminuía a dramaticidade, descambando mesmo para gargarejos banais.

Uma contrapartida desse trabalho interpretativo com os protagonistas foi reservar para o restante do elenco quase exclusivamente tarefas de canto e dança. No caso dos coros cantados, a afinação das vozes esteve excelente, com especial destaque para Simone Mazzer. É uma pena que os bons resultados textuais alcançados no primeiro coro (jogo de palavras com Marte/Amor/ Morte) não tenham sido preservados nos demais, que tenderam a descrições palavrosas. As coreografias também evidenciam bom acabamento, embora fossem menos criativas que os momentos vocais.

Os limites dessa exclusividade em canto e dança se revelaram quando os membros do coro assumiram papéis individuais, cuja dimensão menor, se comparada a Édipo e Jocasta, não pode ser entendida como desimportância narrativa. Paulo Augusto Neto, como Creonte, Simone Vianna, representando o Mensageiro, e Ivana Debértolis, na pele do Pastor, permaneceram muito inexpressivos oral e gestualmente, estra-

nhamente inertes em momentos cruciais, como a discussão entre Édipo e Tirésias, sugerindo desleixo de direção e comprometendo o conjunto do trabalho. Como Arauto, a boa cantora Mazzer conseguiu, ao menos, desempenho correto.

O trabalho de Borghi obteve efeitos simetricamente inversos a esses: as cenas de coro foram eficazes, seus membros convenceram como Mensageiro e outras figuras individuais, Ary França construiu um excelente Creonte e o próprio Borghi esteve muito bem como Tirésias; Élcio Nogueira e Cida Moreno, nos papéis principais, foram menos satisfatórios, malgrado boa caracterização física de ambos e alguns momentos de conjunto (a primeira entrada de Jocasta, as falas finais de Édipo) apreciáveis.

Nogueira manteve uma curiosa imagem malandra de Édipo, contrapartida política à freqüente vitimização quase cristã do seu correspondente por Martins -cartaz e programa da montagem de Moraes usaram um Cristo de Bosch como ilustração. Numa comparação entre os dois atores - guardadas as proporções entre projetos diferenciados-, observou-se uma tendência monocórdica de Nogueira, especialmente no plano da fala, enquanto Martins alcançou muito maior diversidade de nuances em seu personagem, tanto vocal como corporalmente. Inseridos em suas respectivas montagens, a monotonia oral de Nogueira foi diluída no trabalho grupal, enquanto Martins entrou freqüentemente em choque com a inexpressividade cênica de muitos de seus companheiros.

Os desequilíbrios presentes nas duas montagens são comuns a qualquer encenação e jamais anulam a ousadia de ambas ao oferecerem para o público brasileiro a oportunidade de uma reflexão conjunta sobre Sófocles e o amplo espectro de sua leitura. Apesar de ocasionais referências psicologistas ainda rondarem essas duas interpretações -o velho Freud parece menos morto do que se imagina...-, fica claro, em cada uma delas, que o universo de referências para rever Édipo continua infinito, em aberto para quantos aceitarem desafiar esse enigma de enigmas. Que venham outros Édipos!

---

*Marcos A. da Silva é Professor do Departamento de História da FFLCH/USP.*